



Relatório Anual de Informações 2025

**VERSÃO
RESUMO**





CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Demétrios Pascoal de Almeida Rocha (Presidente)
Rodolfo Carlos Carletto Bernardo
Maria Clara Netto Oliveira
Kênia Régia Anasenko Marcelino
Adalberto Ferreira da Silva
Júlio César Nunes

SUPLENTES

Sistanley Jones Lima Bispo
Sheila Marques dos Santos
Pablo de Oliveira Costa
Hélio de Souza Carvalho
Rita Ramos Damasceno
José Ribamar Cantanhede

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Thomaz Leite Silva (Presidente)
Roberta Fernandes Lima
Plácido Cardoso de Melo Junior
Merian Tercia Radicchi

SUPLENTES

Sane Rejane Maciel Baptista
José Carlos Brito da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Maurício Pietro da Rocha – Diretor Superintendente
Sérgio Paulo de Miranda – Diretor de Benefícios
Rogério Brenand Pazzim – Diretor de Finanças



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	8
2. MENSAGENS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	9
2.1 Diretoria Executiva	9
2.2 Conselho Deliberativo	10
2.3 Conselho Fiscal	11
3. GOVERNANÇA E RESULTADOS	12
3.1 Governança Corporativa e Gestão Administrativa	12
3.2 Comunicação	13
3.3 Benefícios	15
3.4 Investimentos	16
4. DADOS POPULACIONAIS	22
4.1 Ativos	22
4.2 Assistidos	23
4.3 Empregados sem plano	25
5. PLANOS DE BENEFÍCIOS	26
5.1 Plano I/BD	27
5.1.1 Previdencial	27
5.1.1.1 Receitas Previdenciárias	27
5.1.1.2 Despesas Previdenciárias	27
5.1.1.3 Hipóteses Atuariais	28
5.1.2 Investimento	28
5.2 Plano de Benefícios II/CODEPREV	33
5.2.1 Receitas Previdenciárias	33
5.2.2 Despesas Previdenciárias	33
5.2.3 Investimento	34
5.3 Plano de Benefícios III/SALDADO	39
5.3.1 Receitas	39
5.3.2 Despesas Previdenciárias	39
5.3.3 Investimento	40
6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	45
6.1 Fontes de Custeio/Receita	45
6.2 Despesas	46
6.3 Fundo Administrativo	47
6.4 Execução Orçamentária	48
6.5 Gestão de pessoas	49
6.6 Investimentos	50
6.6.1 Carteira de Investimentos	50
6.7 Gestão Administrativa 2021 a 2025	52
6.7.1 Evolução do Plano de Gestão Administrativa	52
6.7.2 Indicadores de Gestão	54





7. PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

57

7.1 Ações Judiciais

57

7.2 Procedimento Extrajudicial

60

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – BD	27
GRÁFICO 2 - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – BD	27
GRÁFICO 3 - PATRONAL X PARTICIPANTE – CODEPREV	33
GRÁFICO 4 - DESPESAS POR BENEFÍCIO – CODEPREV	33
GRÁFICO 5 - % CONTRIBUIÇÃO QUANTIDADE PARTICIPANTES – CODEPREV	34
GRÁFICO 6 - RECEITAS SALDADO	39
GRÁFICO 7 - DESPESAS SALDADO	39
GRÁFICO 8 - DESPESAS REALIZADAS	46
GRÁFICO 9 - FLUXO RECEITAS E DESPESAS	48
GRÁFICO 10 - FUNDO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	53

FIGURAS

FIGURA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS	22
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA	23
FIGURA 3 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIO	23
FIGURA 4 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS I, II E III	24
FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR UF	25
FIGURA 6 - EMPREGADOS SEM PLANO DE BENEFÍCIO POR SR	25

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS	17
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO DE INVESTIMENTO	17
TABELA 3 – COMPARATIVO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO (DPAP)	18
TABELA 4 - ALOCAÇÃO OBJETIVO PLANOS PI 2026-2030	20
TABELA 5 - LIMITE DE RISCO PLANOS PI 2026-2030	21
TABELA 6 - HIPÓTESES ATUARIAIS BD	28
TABELA 7 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	29
TABELA 8 - ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	29
TABELA 9 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	30
TABELA 10 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	30
TABELA 11 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”	30
TABELA 12 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31
TABELA 13 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	31
TABELA 15 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	32
TABELA 16 - HIPÓTESES ATUARIAIS – CD	34
TABELA 17 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD	35
TABELA 18 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	35
TABELA 19 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	36



TABELA 20 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	36
TABELA 21 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO” (MTM)	36
TABELA 22 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	37
TABELA 23 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	37
TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	38
TABELA 25 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	38
TABELA 26 - HIPÓTESES ATUARIAIS – SALDADO	40
TABELA 27 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BS	41
TABELA 28 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	41
TABELA 29 - RENTABILIDADE POR SEGMENTO	41
TABELA 30 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	42
TABELA 31 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”	42
TABELA 32 - LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	43
TABELA 33 - DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	43
TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	43
TABELA 35 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	44
TABELA 36 – FONTES DE CUSTEIO	45
TABELA 37 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS	47
TABELA 38 - ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PGA	48
TABELA 39 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA	50
TABELA 40 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	50
TABELA 41 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	50
TABELA 42 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	50
TABELA 43 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	51
TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	51
TABELA 45 - DESPESAS DE INVESTIMENTOS	51
TABELA 46 - HISTÓRICO DO PGA- COMPARATIVO – 2021 A 2025	52
TABELA 47 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)	54
TABELA 48 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE CARREGAMENTO)	54
TABELA 49 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS ADMINISTRATIVAS)	55
TABELA 50 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS COM PESSOAL)	55
TABELA 51 - EVOLUÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO (2025 – 2024)	55
TABELA 52 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	56
TABELA 53 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO X LIMITE LEGAL	56
TABELA 54 - AÇÕES JUDICIAIS	57
TABELA 55 - AÇÕES EXTRAJUDICIAIS	60



1. APRESENTAÇÃO

No firme propósito de dar transparência e publicidade às atividades desenvolvidas e resultados alcançados e em conformidade com a Resolução CNPC nº 32/2019, a Resolução CNPC nº 62/2024 e a Resolução PREVIC nº 26/2025, temos a satisfação de apresentar à patrocinadora, participantes e assistidos o Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2025.

Mais do que uma exigência legal, este relatório é um convite para que você acompanhe de perto a gestão do seu plano de benefícios. Ao longo das próximas páginas, você encontrará um resumo claro e detalhado dos resultados que alcançamos juntos no último ano.

Apresentamos não apenas os números, mas também o que eles significam na prática: o desempenho dos investimentos, as decisões que tomamos para proteger e rentabilizar o patrimônio e as ações que desenvolvemos para fortalecer ainda mais a nossa Fundação.

Esta publicação reúne o balanço financeiro completo do exercício, aprovado por todos os órgãos de governança da Fundação, bem como todas as informações referentes aos planos de benefícios, como demonstrações contábeis, pareceres atuariais, parecer do auditor independente e demonstrativos de investimento.

Com 39 anos de história, a Fundação São Francisco reafirma sua missão de administrar seus recursos com máxima responsabilidade e dedicação, para que você e sua família tenham a tranquilidade de um futuro seguro.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

2. MENSAGENS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

2.1 Diretoria Executiva

É com grande satisfação que compartilhamos os resultados e conquistas alcançados pela São Francisco ao longo de 2025.

O ano foi marcado por avanços significativos no setor previdenciário, com a implementação de medidas importantes que beneficiam diretamente os participantes e assistidos. Entre elas, destacamos a alteração da Resolução CNPC 60/2024 para possibilitar a adesão automática ao plano de benefícios Codeprev do estoque de empregados; a adoção de medidas para implementar o processo de adesão automática para os novos empregados e regime de tributação no momento do recebimento do benefício ou do primeiro resgate.

Em 2025, completamos 39 anos de atuação, um marco que reflete nosso compromisso com a busca pela excelência na gestão de planos de previdência. Ao longo do ano, fortalecemos nossa parceria com a patrocinadora Codevasf por meio de diversas reuniões técnicas e palestras de educação previdenciária e financeira, voltadas especialmente para os novos empregados. Além disso, seguimos avançando e aprimorando nossa comunicação com inovações introduzidas no novo informativo mensal, com layout repaginado e aumentamos nossa presença nas redes sociais com foco na educação financeira e previdenciária. Além disso, realizamos a segunda pesquisa de satisfação da Fundação, que teve excelentes resultados.

A São Francisco aprovou o plano para devolução aos participantes de excedente do Fundo de Risco do Plano Codeprev, o valor é de R\$ 2,2 milhões e será devolvido no início de 2026, o que gerará um retorno financeiro direto para os participantes. Destaca-se ainda a saúde financeira dos Planos de Benefícios geridos pela São Francisco, que encerraram o exercício equilibrados e superavitários. Os Planos I e III apresentaram, após o ajuste de precificação, Superávit Acumulado Ajustado de R\$ 8,3 milhões e R\$ 94,0 milhões, respectivamente, um resultado que reforça a segurança para o pagamento dos benefícios.

No contexto de gestão de riscos e de acompanhamento da solvência dos planos de benefícios administrados pela São Francisco, destacam-se os estudos técnicos atuariais de avaliação da aderência das tábuas de mortalidade e invalidez dos Planos, que culminaram com a alteração das atuais tábuas, o que permitiu a redução das provisões matemáticas dos planos de Benefício Definido e no nosso plano de contribuição definida, o Codeprev, haverá redução da contribuição dos participantes para o fundo de risco de 5% para 2,7%, a partir de abril de 2026.

Na gestão dos planos, demos andamento a mudanças importantes, destacando-se a continuidade das tratativas junto à Codevasf e SEST das propostas enviadas em 2024 para modernização e aperfeiçoamento dos regulamentos dos Planos de Benefícios I e III. Já a proposta de alteração do regulamento do Plano Codeprev, enviada também em 2024 para a patrocinadora, disciplina a adesão automática dos novos contratados e está sob análise da Codevasf e SEST. Ainda sobre o regulamento do Codeprev, no final de 2025, o Conselho Deliberativo aprovou novas alterações com foco na melhoria de aspectos operacionais, atendimento das exigências da Resolução CNPC 50/2022 e da adesão automática do estoque de empregados, sendo que o processo será enviado à Codevasf no início de 2026.

Encerramos o exercício pagando R\$ 87,7 milhões em benefícios para 915 aposentados e pensionistas, um reflexo do nosso compromisso em honrar as obrigações previdenciárias e garantir o bem-estar dos assistidos e suas famílias.

No âmbito dos investimentos, 2025 foi marcado por um ambiente ainda desafiador, especialmente diante das incertezas fiscais e das expectativas em torno do ciclo de juros, mas que também proporcionou oportunidades relevantes nos ativos de risco. A Fundação atuou de forma diligente, promovendo ajustes táticos e estratégicos nas carteiras, sempre com foco na preservação do equilíbrio atuarial, na aderência aos limites de risco e na proteção dos interesses dos participantes.

O patrimônio líquido consolidado dos planos superou a marca de R\$ 1,26 bilhão ao final de 2025, refletindo a evolução patrimonial decorrente das contribuições e, principalmente, dos resultados dos investimentos ao longo do exercício. Os retornos obtidos — 11,78% no Plano BD, 12,05% no Plano BS e 15,50% no Plano CD — superaram suas respectivas metas/indicadores de referência no período, reforçando a solidez da gestão. Os planos de benefício definido permaneceram solventes e equilibrados, enquanto o Plano CD manteve trajetória consistente de acumulação, consolidando desempenho superior às referências de mercado no longo prazo.

A consolidação da estratégia de alocação por meio dos fundos exclusivos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado reafirmou o compromisso da Entidade com a eficiência operacional e a governança de custos. Em 2025, a maturidade dessa estrutura permitiu uma economia direta e recuperação de receitas que totalizaram quase R\$ 1 milhão em um único ano, entre redução de taxas de administração e consultoria e a reversão de rebates. Esses recursos retornaram integralmente para a rentabilidade líquida dos planos, demonstrando a eficácia da gestão própria na maximização do patrimônio previdenciário e na mitigação de taxas intermediárias.

Na governança corporativa, aprovamos políticas e normativos essenciais, como o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, a Metodologia para o rateio das despesas administrativas por plano de benefício, o Regimento Interno da Comissão de Ética e o Normativo Interno da Ouvidoria. Na área de gestão de pessoal, contratamos novos colaboradores e investimos na qualificação da equipe.

Na gestão administrativa, um dos grandes destaques foi a redução de 13% na taxa de administração em relação ao ano anterior, que fechou o ano em 0,70%. Na prática, isso significa que reduzimos os custos para gerir os planos e, com isso, mais recurso financeiro ficou disponível para render e aumentar as reservas de cada participante. Essa eficiência também nos permitiu formar Fundo Administrativo no valor de R\$ 1,16 milhão, uma reserva de segurança que garante a sustentabilidade da Fundação.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe e reafirmamos nosso compromisso de continuar trabalhando incansavelmente para garantir um presente e um futuro seguro e próspero para todos os nossos participantes e assistidos.

Contamos com a confiança de nossos participantes e assistidos para seguir construindo uma trajetória de sucesso e sustentabilidade.

2.2 Conselho Deliberativo

O ano de 2025 representou um período de consolidação e evolução para a São Francisco, marcado pelo fortalecimento das práticas de governança e pela dedicação contínua à sustentabilidade dos planos, sempre em benefício da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos. A atuação integrada do Conselho Deliberativo, com sua composição renovada e engajada, reafirmou o compromisso com a representatividade e com a transparência nas decisões estratégicas.

Ao longo do exercício, o Colegiado se debruçou sobre temas essenciais para o equilíbrio de longo prazo da Fundação. Entre as matérias deliberadas, destacam-se: a análise e aprovação da prestação de contas do exercício de 2024, os planos de custeio, as Políticas de Investimentos, a revisão de premissas e hipóteses atuariais, as políticas institucionais, o orçamento para 2026, além de ajustes e realocações estratégicas nas carteiras de investimentos, sempre orientadas por prudência e visão de futuro.

Reafirmamos nosso empenho em conduzir a São Francisco com responsabilidade e alinhamento às melhores práticas de governança, preservando a solvência dos planos e impulsionando as transformações necessárias para assegurar uma Fundação cada vez mais robusta, transparente e preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos.

2.3 Conselho Fiscal

Ao longo de 2025, o Conselho Fiscal cumpriu suas responsabilidades de supervisão com rigor técnico, independência e compromisso com a transparência, reforçando a importância do controle e da conformidade na condução da São Francisco. A atuação do Colegiado, composta por membros comprometidos com a representatividade e a integridade do processo de fiscalização, contribuiu para o fortalecimento contínuo da governança corporativa.

Durante o exercício, foram analisados temas centrais para a solidez da Fundação, incluindo o Balanço Patrimonial, a Gestão Administrativa, Previdencial e de Investimentos, bem como a aderência às normas regulatórias e às melhores práticas de controles internos.

Destacamos, ainda, a emissão do Relatório de Controles Internos (RCI), documento que reforça a transparência e a governança corporativa ao apresentar informações relevantes sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como a cobertura patrimonial dos planos e outros controles essenciais ao adequado funcionamento da Fundação. O RCI contribui diretamente para o aperfeiçoamento dos processos internos e para o fortalecimento das estruturas de governança e compliance.

O Conselho Fiscal renova seu compromisso de atuar com ética, independência e transparência, apoiando a solidez da Fundação e assegurando a preservação dos interesses dos participantes e assistidos.

3. GOVERNANÇA E RESULTADOS

A seguir, destacamos, por segmento, os principais resultados e ações desenvolvidas no ano de 2025, explicando como nossa gestão se traduz em benefícios diretos para os participantes.

3.1 Governança Corporativa e Gestão Administrativa

Nossa Fundação é gerida pela Diretoria Executiva, sob supervisão do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, com o apoio do Comitê de Investimentos, da Ouvidoria e da Comissão de Ética. Essa estrutura garante que as decisões sejam tomadas de forma colegiada e responsável.

Iniciamos um novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (2025-2029), com foco em inovação, sustentabilidade administrativa, solvência e equilíbrio dos planos. Nesse contexto, estamos promovendo a atualização de todos os normativos internos relacionados aos investimentos, com o objetivo de refletir as recentes alterações regulatórias e aprimorar nossos processos de governança e controle. Esse movimento também visa atender integralmente aos pontos e critérios de adesão ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, reforçando nosso compromisso permanente com as melhores práticas do sistema de previdência complementar fechado, com a transparência, a conformidade e a gestão prudente dos recursos administrados.

Também aprovamos normativos importantes, como o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, a Metodologia para o rateio das despesas administrativas por plano de benefício, o Regimento Interno da Comissão de Ética e o Normativo Interno da Ouvidoria. Em novembro, enviamos a proposta de modernização do Estatuto para a Previc com a expectativa de aprovação no início de 2026.

Foi realizada a atualização do Planejamento Estratégico Institucional, com a implementação pioneira de um sistema de indicadores e metas estratégicas, que permitirá um monitoramento quantitativo e objetivo do desempenho. Agora, o PEI adota a metodologia de planejamento deslizando, que mantém um horizonte de planejamento estratégico de cinco anos consecutivos. Para suportar a informatização da gestão estratégica, está em implantação uma solução integrada de governança.

Nesta mesma abordagem, aprovamos o primeiro orçamento plurianual da São Francisco para o período de 2026 a 2030. E ainda na gestão corporativa, realizamos ajustes nas equipes, incluindo a contratação de novos profissionais e investimos em qualificação dos colaboradores.

Um dos nossos principais resultados foi a redução da taxa de administração para 0,70%, uma queda de 13% em relação ao ano anterior. Essa economia significa que mais recursos ficaram nos planos para render e aumentar a reserva de cada participante. Além disso, a boa gestão nos permitiu constituir um Fundo Administrativo de R\$ 1,16 milhão, uma reserva que garante a operação da Fundação no futuro sem custos adicionais para os participantes.

Em julho de 2025, realizamos a recondução do Diretor de Finanças por mais dois anos, contados a partir de 07/08/2025. Em setembro, ocorreu a posse dos novos conselheiros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, indicados pela patrocinadora Codevasf.

3.2 Comunicação

A São Francisco tem se dedicado a fortalecer a comunicação com seus participantes, sempre priorizando a transparência, o diálogo ativo e a escuta atenta às necessidades de todos. Em linha com os normativos legais vigentes, aprimoramos continuamente nossos canais de comunicação para garantir que as informações sejam acessíveis e claras.

O Portal do Participante é nossa principal ferramenta de interação, oferecendo uma variedade de serviços essenciais, como acesso a contracheques, extratos de reserva de poupança e de cotas, informes de rendimentos para aposentados e pensionistas, simulação de benefícios, extratos de atas dos colegiados e muito mais. Além disso, dúvidas e dificuldades que não são solucionadas através do Portal são atendidas de forma ágil e personalizada por meio de nossos canais presenciais, telefônicos e por e-mail. Em 2025, realizamos atendimentos virtuais, eletrônicos e presenciais, sempre com a qualidade e o respeito que nossos participantes merecem.

Para ampliar ainda mais a transparência e a proximidade com nossos participantes, mantemos um canal 0800 e a possibilidade de contato via WhatsApp, além de realizarmos melhorias constantes em nosso site institucional e a publicação regular de notas e comunicados.

Em 2025, dando continuidade a uma estratégia de comunicação cada vez mais completa, promovemos publicações semanais nos perfis oficiais da Fundação no LinkedIn e no Instagram, não só ampliando significativamente o alcance das informações, mas também estabelecendo uma conexão mais dinâmica e atual com nosso público.

Nossas redes sociais se consolidaram como ferramentas essenciais para a disseminação de conteúdo educativo, promovendo a educação financeira e previdenciária dos nossos participantes. A estratégia respeita cuidadosamente as particularidades de cada Plano de Benefícios e as necessidades específicas de seus participantes. Os canais oferecem:

- Dicas regulares sobre gestão financeira
- Infográficos informativos e de fácil compreensão
- Vídeos curtos e envolventes

Os conteúdos produzidos abordam temas essenciais, como:

- Planejamento financeiro eficaz
- A importância da previdência complementar
- Estratégias de investimento a longo prazo

Esta abordagem de comunicação não só aumenta a visibilidade da Fundação, mas também capacita os participantes com conhecimentos essenciais para tomar decisões financeiras mais conscientes e seguras.

Por meio da plataforma de e-mail marketing, foram intensificados o envio de newsletters personalizadas que incluem seções dedicadas a informações cruciais e conteúdo educativo que alcançam os participantes de forma consistente e direcionada.

Como parte essencial dessa transformação, o Informativo Mensal da Fundação São Francisco passou a ter, além da versão consolidada dos três Planos de Benefícios, versões segregadas por Plano. Dessa forma, o participante recebe apenas o Informativo referente ao seu Plano, tornando a informação mais abrangente, atrativa e de fácil leitura e visualização. O novo formato oferece uma visão detalhada e atualizada dos planos de benefícios, incluindo:

- Estatísticas Previdenciais
- Distribuição de participantes ativos por Superintendência Regional
- Perfil demográfico de aposentados e pensionistas, segmentado por sexo e idade
- Dados específicos para cada plano de benefícios

- Análise de Investimentos
- Composição detalhada das carteiras de investimentos por plano de benefícios
- Segmentação por categorias de investimentos, permitindo uma visão clara da alocação de ativos
- Resultados Financeiros
- Desempenho atualizado de cada plano de benefícios
- Comparativos com metas atuariais e índices de referência

Esta abordagem planejada e integrada de comunicação, combinando redes sociais, e-mail marketing, site, Portal do Participante e o informativo mensal aprimorado, não apenas mantém os participantes bem-informados sobre seus planos de benefícios, mas também os capacita com conhecimentos essenciais para tomar decisões financeiras mais conscientes e planejadas para o futuro.

No mês de maio, realizamos uma live especial para apresentar os resultados dos Planos de Benefícios no exercício de 2024. O evento contou com a presença da Diretoria Executiva, dos presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, de representantes da Patrocinadora Codevasf e de um expressivo número de participantes.

Além disso, em 2025, realizamos palestras educativas para novos empregados da Codevasf, com foco em temas previdenciários e financeiros, destacando a importância da adesão ao Plano Codeprev. Também promovemos uma campanha para aumento do percentual de contribuição ao Plano Codeprev. Também, participamos como palestrantes e debatedores da 23ª Plenária Nacional do Sindicato SINPAF.

Foi realizada uma pesquisa com os empregados da Codevasf que ainda não participam do Plano Codeprev, com o objetivo de identificar seu perfil e compreender os motivos da não adesão. Com base nos resultados dessa pesquisa, será desenvolvido um programa voltado ao aumento da taxa de adesão, contribuindo para ampliar a proteção previdenciária oferecida pela Codevasf.

Com base nos resultados obtidos na primeira pesquisa e levando em consideração as sugestões, preocupações dos participantes promovemos melhorias nos processos de atendimento, nos meios de comunicação e em algumas rotinas operacionais. As melhorias foram percebidas pelos participantes e refletiram positivamente nos resultados da pesquisa de satisfação de 2025.

Os resultados demonstram que a grande maioria dos participantes confia na Fundação São Francisco e está muito satisfeita com os serviços prestados. A satisfação geral dos participantes com a Fundação superou a avaliação do ano passado, a saber, em uma pontuação de 1 a 10, os participantes atribuíram nota média de 8,45 pontos.

A pesquisa contou com a participação voluntária de um grupo diversificado, incluindo pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, tipos de plano de benefícios e situações (ativos, aposentados e pensionistas). Essa variedade garantiu que os resultados refletissem de forma significativa a opinião de todos os públicos atendidos pela Fundação.

Um dos principais indicadores analisados foi o Net Promoter Score (NPS), que mede a probabilidade de recomendação dos nossos serviços. Utilizando uma escala de 0 a 10, tivemos um resultado excelente: 68,9% dos participantes deram notas 9 ou 10, classificando-se como "promotores" da Fundação. Com isso, alcançamos um NPS de 57,7%, o que equivale a uma nota de 8,74 em uma escala de 0 a 10, um índice considerado excelente e que reflete a confiança e satisfação de nossa base de participantes.

Quanto ao nível geral de satisfação com a São Francisco, 82% dos participantes declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados. Esse alto índice de aprovação é um indicador claro de que estamos no caminho certo, mas também nos motiva a buscar constantemente melhorias para atender cada vez melhor as expectativas.

A pesquisa também nos trouxe insights valiosos para continuar melhorando. Por exemplo, identificamos que o site da Fundação ainda é pouco utilizado como canal de atendimento (apenas 2,2% dos participantes). Isso representa uma oportunidade para investirmos na modernização e divulgação dessa plataforma, tornando-a mais acessível e útil para todos. Por outro lado, o Portal do Participante já se constitui no segundo meio de comunicação mais utilizado para obter informações dos Planos de Benefícios e da própria Fundação.

Esses resultados são motivo de orgulho e reforçam nossa responsabilidade. Continuaremos analisando cada aspecto da pesquisa, incluindo as sugestões e críticas recebidas, para identificar oportunidades de aprimoramento. Nosso objetivo é manter os altos níveis de satisfação atuais e, ao mesmo tempo, elevar ainda mais a qualidade dos nossos serviços, garantindo uma experiência cada vez melhor para todos os participantes.

3.3 Benefícios

O ano de 2025, a exemplo do ano anterior, se destacou significativamente para o segmento de previdência complementar, devido à implementação de importantes medidas para o setor, especialmente na gestão dos Planos de Benefícios, há muito tempo aguardadas. Entre essas medidas, destacam-se as decisões do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) relacionadas à Adesão Automática de novos empregados e do estoque existente, a implementação de medidas operacionais relacionadas a escolha do regime tributário no momento da concessão do benefício e a possibilidade de realizar a “marcação a vencimento” dos papéis do Plano Codeprev.

A Diretoria de Benefícios deu continuidade a diversas ações, com ênfase na disseminação e consolidação de uma cultura previdenciária e financeira entre os colaboradores da patrocinadora e aperfeiçoamento da gestão dos Planos de Benefícios. Foram realizadas inúmeras palestras para os novos empregados da Codevasf, com ênfase em educação previdenciária e financeira e na sequência apresentando o plano de previdência oferecido pela Patrocinadora (CODEPREV).

A mudança da consultoria atuarial trouxe maior robustez técnica aos processos atuariais dos planos de previdência geridos pela São Francisco. No processo revisional das premissas pela nova consultoria, não foram identificadas quaisquer inconsistências na metodologia de avaliação dos Planos de Benefícios ou nas premissas atuariais e financeiras. Ressalta-se a revisão das tábuas de mortalidade e invalidez e a adequação destas ao histórico de eventos observados, com a manutenção do nível prudencial das hipóteses em nível elevado. As adequações realizadas acarretaram redução das provisões matemáticas dos planos de Benefício Definido e no caso do Codeprev, haverá redução da contribuição dos participantes para o fundo de risco de 5% para 2,7%, a partir de abril de 2026.

Como prioridade, foram realizadas modificações no Regulamento do Plano Codeprev para viabilizar a institucionalização da adesão automática dos novos empregados e do estoque existente. Na oportunidade foram realizadas uma série de ajustes pontuais ao regulamento que, se aprovadas pelos órgãos reguladores, irá auxiliar na gestão do plano pela São Francisco e junto ao participante. Foram ainda realizadas atualizações no Convênio de Adesão entre a São Francisco e a Patrocinadora Codevasf. A nova versão do Regulamento e do Convênio de Adesão já foram aprovadas pelas instâncias da Fundação e serão enviadas, no início de 2026, à Patrocinadora com vistas à SEST e, posteriormente à Previc, para aprovação.

Em 2025, foi realizada a campanha de alteração de contribuição do Codeprev, na qual 98 participantes solicitaram ajuste em seus percentuais. Desses, 70% aumentaram suas contribuições e 30% reduziram. Como resultado, estima-se um incremento de 13,20% no total das contribuições arrecadadas para esse grupo de participantes.

Foram realizadas apresentações e acompanhamos, junto à Patrocinadora o andamento dos estudos de revisão dos Regulamentos dos Planos BD e Saldado, que aguardam apreciação pela Codevasf e, posteriormente, pela SEST. A revisão do Regulamento do Plano Codeprev está em andamento, tendo sofrido atraso devido às mudanças nas regras dos institutos constantes da Resolução CNPC nº 50/2022.

Foram realizados ao longo do ano diversos cruzamentos do cadastro de assistidos e pensionistas com o cadastro de óbitos que contribuiu para maior segurança, eficiência e transparência na gestão dos benefícios.

Durante o ano de 2025, foram registrados os seguintes eventos nos Planos de Benefícios:

- **Plano de Benefício I/BD:** 32 resgates de reserva de poupança, 12 concessões de pensão, 18 encerramentos de aposentadoria, 7 encerramentos de pensão por morte.
- **Plano de Benefício II/Codeprev:** 129 inscrições, 62 cancelamentos (38 resgates, 6 portabilidades, 3 por falecimento e 15 por solicitação), 19 concessões de aposentadoria normal, 3 concessões de pensão por morte (1 por morte de participante ativo, 2 por

morte de participante assistido) e 1 encerramento de aposentadoria.

- **Plano de Benefício III/Saldado:** 9 cancelamentos (6 resgates e 3 por falecimento de participante), 27 concessões de aposentadoria normal, 3 concessões de pensão por morte (2 de participantes ativos, 1 de participantes assistidos) e 1 encerramentos de aposentadoria.

A solvência e o equilíbrio atuarial dos planos previdenciários são prioridades absolutas em nossa gestão. Os resultados alcançados em 2025 foram excelentes e resultaram no atingimento das metas atuariais estabelecidas para os Planos de Benefícios BDI e Saldado. Ressalta-se os esforços de imunização da carteira com títulos a vencimento com taxas acima da meta atuarial. Quanto ao Plano Codeprev, foi utilizada a mesma estratégia de se aproveitar as taxas dos títulos públicos, que vêm remunerando acima da meta referencial e a autorização para marcação "a vencimento" dos papéis, o que propiciou boa rentabilidade e maior estabilidade na variação da cota.

Os Planos I e III apresentaram, após o ajuste de precificação, Superávit Acumulado Ajustados de R\$ 8,3 milhões e R\$ 94,0 milhões, respectivamente, um resultado que reforça a segurança para o pagamento dos benefícios.

Em 2025, a São Francisco desempenhou um papel fundamental no suporte aos participantes vinculados à patrocinadora Codevasf, no âmbito do seu Programa de Desligamento Incentivado (PDI), encerrado em 31 de dezembro de 2025. Ao todo, 119 empregados aderiram ao programa, dos quais 15 não possuíam vínculo com algum dos planos de benefícios. Dos participantes vinculados, 40 ainda definirão, ao longo de 2026, a forma de utilização de seus recursos, mediante resgate de contribuições ou concessão de benefício de aposentadoria, enquanto os demais 64 já formalizaram sua opção por benefício ou resgate.

Com o compromisso de garantir a melhor orientação e atendimento, a Fundação mobilizou suas equipes para oferecer um suporte completo e personalizado aos participantes dos planos de benefícios SALDADO e CODEPREV. Foram realizados inúmeros atendimentos, tanto presenciais quanto remotos, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre as opções disponíveis, os procedimentos necessários e os impactos de cada decisão no futuro previdenciário dos participantes.

A qualidade e a agilidade do atendimento prestado pela Fundação foram cruciais para que os participantes pudessem tomar decisões informadas e seguras. Como resultado direto desse esforço, a Fundação concedeu benefícios a 24 participantes do Plano Saldado, com uma remuneração média de R\$ 8,8 mil, e a 36 participantes do Plano Codeprev, com remuneração média de R\$ 5,0 mil. Para os que optaram pelo resgate de suas reservas, foram pagos R\$ 2,4 milhões para 6 participantes do Plano Saldado e R\$ 12,8 milhões para 40 participantes do Plano Codeprev.

Adicionalmente, foi prestado suporte àqueles empregados que possuíam reservas de poupança oriundas do antigo plano BD, o que permitiu o resgate de R\$ 3,5 milhões por parte de 32 ex-participantes.

3.4 Investimentos

Em 2025, o ambiente econômico foi marcado por sinais mais claros de desaceleração da atividade, tanto no Brasil quanto no exterior, em meio a um contexto de política monetária ainda restritiva e ajustes graduais nas expectativas de inflação. A despeito da volatilidade observada ao longo do ano, os mercados caminharam para o encerramento do exercício com maior previsibilidade quanto à condução das políticas econômicas.

No Brasil, a inflação medida pelo IPCA foi 4,46% em 12 meses, permanecendo dentro do intervalo da meta, embora ainda acima do seu centro. Observou-se desaceleração nos núcleos e nos serviços subjacentes, indicando um quadro inflacionário mais benigno, ainda que a convergência ao centro da meta de 3% seja esperada apenas no médio prazo. A taxa Selic foi mantida em 15% ao ano, reforçando a postura cautelosa do Banco Central diante de expectativas ainda desancoradas. O cenário-base passou a contemplar o início de um ciclo de flexibilização monetária apenas a partir de março de 2026.

No cenário internacional, observou-se desaceleração gradual da inflação nas principais economias. Nos Estados Unidos, os indicadores apontaram inflação ao consumidor em 2,7% e núcleo em 2,6%, com sinais de moderação também no mercado de trabalho. Nesse contexto, o Federal Reserve iniciou um movimento cauteloso de flexibilização monetária, reduzindo a taxa básica em 25 pontos-base, mantendo postura dependente dos dados. Na Europa, a autoridade monetária adotou discurso prudente e optou por manter as taxas

inalteradas, diante de projeções de inflação ainda pressionadas, especialmente no núcleo. Na China, persistiu a divergência entre uma produção industrial robusta e demanda doméstica enfraquecida, com crescimento próximo à meta de 5% em 2025, sustentado majoritariamente pelo setor externo.

Esse ambiente, caracterizado por juros elevados no Brasil, início de flexibilização nos Estados Unidos e incertezas fiscais e geopolíticas no cenário global, exigiu disciplina e prudência na gestão dos investimentos. Ainda assim, os planos de benefícios apresentaram desempenho consistente ao longo do ano, refletindo estratégias alinhadas ao longo prazo, diversificação adequada e rigor na alocação de recursos, encerrando 2025 com resultados sólidos frente aos respectivos benchmarks.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS

Evolução dos indicadores financeiros	Em milhares de reais (R\$)	
	2024	2025
Selic	10,88%	14,90%
CDI	10,88%	14,90%
Poupança	7,09%	8,26%
IRF-M	1,86%	18,22%
IMA-B	-2,44%	13,17%
IMA-S	11,11%	14,55%
Ibovespa	-10,36%	33,95%
Dólar	27,91%	-11,14%

Fonte: Gerência de Finanças // SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais BACEN // ANBIMA // B3

A Fundação São Francisco, ao longo de 2025, seguiu comprometida com a gestão eficiente e estratégica de seus investimentos, buscando otimizar a alocação dos recursos em diferentes classes de ativos. Em 2025, o total dos ativos de investimento alcançou R\$ 1.279,5 milhões, um crescimento de 10,86% em relação ao montante de R\$ 1.154,2 milhões registrado no ano anterior. Esse crescimento robusto é a prova de que os recursos financeiros dos participantes estão sendo bem administrados.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO DE INVESTIMENTO

Segmento	Em milhões de reais (R\$)		
	2024	2025	Δ%
Renda Fixa	961,3	1.072,5	11,57%
Renda Variável	102,4	111,3	8,71%
Estruturados	74,0	82,3	11,33%
Imobiliário	13,0	8,7	-33,06%
Operações c/ Participantes	3,5	4,7	33,03%
Ativo de Invest. Total	1.154,2	1.279,5	10,86%

Fonte: Gerência de Finanças

A Renda Fixa manteve-se como o principal segmento da carteira, passando de R\$ 961,3 milhões em 2024 para R\$ 1.072,5 milhões em 2025, refletindo uma estratégia mais conservadora e alinhada à segurança e previsibilidade dos retornos. Do mesmo modo, a alocação em Renda Variável obteve um aumento, passando de R\$ 102,4 milhões para R\$ 111,3 milhões, em resposta a valorização expressiva deste segmento em 2025.

Os investimentos em Estruturados também apresentaram aumento, passando de R\$ 74,0 milhões para R\$ 82,3 milhões, refletindo o ajuste estratégico de diversificação dos ativos realizado no último ano. O segmento Imobiliário registrou um decréscimo, saindo de R\$ 13 milhões para R\$ 8,7 milhões.

Outro destaque positivo foi o crescimento das Operações com Participantes, que passaram de R\$ 3,5 milhões em 2024 para R\$ 4,7 milhões em 2025, evidenciando o fortalecimento da carteira de empréstimos e o compromisso da Fundação com a concessão de crédito

aos participantes do plano.

Desde 2023, a São Francisco vem adotando uma estratégia de imunização da carteira de investimentos dos Planos de Benefícios I e III (BD e BS), marcando uma mudança significativa em relação a composição dos ativos de risco integrantes da carteira de investimentos. Essa transição para uma gestão mais conservadora buscou reduzir a sensibilidade da carteira às flutuações de mercado e fortalecer a solvência do plano.

A implementação da estratégia trouxe impactos diretos no ajuste de precificação dos ativos e um casamento das durations de ativo e passivo. Ao longo dos anos foi possível observar uma evolução do ajuste de precificação para os planos de benefícios I e III, demonstrando como as medidas adotadas influenciaram positivamente a adequação dos investimentos às necessidades atuariais dos planos.

Essa mudança foi fundamental para um plano de benefício definido (BD), cujas obrigações futuras são previsíveis e precisam ser honradas independentemente das condições de mercado.

A aquisição de títulos com taxas acima da meta atuarial reforça essa capacidade, conforme demonstrado pelo aumento do ajuste de precificação de R\$ 1,6 milhão em 2022 para R\$ 8,7 milhões em 2025, para o plano de benefícios I e R\$ 16,4 milhões em 2022 para R\$ 27,8 milhões no plano de benefícios III. Essa estratégia também auxilia na mitigação de déficits futuros, garantindo que os ativos sejam suficientes para cobrir os passivos, minimizando a necessidade de contribuições adicionais por parte dos assistidos.

TABELA 3 – COMPARATIVO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO (DPAP)

Plano de Benefícios I_BD

Ano	Duration do Ativo	Duration do Passivo	Em milhões de reais (R\$)
			Ajuste de Precificação (R\$)
2022	8,8243	8,8878	1,63
2023	8,6729	7,9872	2,46
2024	7,3426	7,9298	6,38
2025	7,0811	7,7860	8,72

Fonte: Gerência de Finanças

Plano de Benefícios III_BS

Ano	Duration do Ativo	Duration do Passivo	Em milhões de reais (R\$)
			Ajuste de Precificação (R\$)
2022	11,0373	11,6695	16,4
2023	10,3543	10,1940	21,8
2024	9,4335	11,0378	28,1
2025	9,0111	10,7053	27,9

Fonte: Gerência de Finanças

Os resultados dos planos de benefícios em 2025 refletiram um ambiente significativamente mais favorável para os ativos de risco, com destaque para o forte desempenho da Renda Variável, a contribuição consistente da Renda Fixa em um cenário de juros elevados e o avanço dos investimentos Estruturados no acumulado do ano.

De acordo com o Estudo Comparativo de Desempenho da Aditus, elaborado com base em uma amostra de 139 EFPCs, que totalizam cerca de R\$ 468 bilhões em ativos mobiliários e 669 planos de benefícios, a mediana de rentabilidade consolidada no ano foi de 11,81% para planos BD, 14,29% para planos CD e 13,60% para planos CV. No consolidado de todos os planos, a mediana anual alcançou 13,63%.

Comparativamente, os planos administrados pela Fundação São Francisco apresentaram desempenho competitivo e, em alguns casos, superior à mediana da amostra. Em 2025, o Plano BD registrou rentabilidade de 11,78%, praticamente alinhada à mediana (11,81%), e acima de sua meta atuarial anual, que foi de 9,49%. O Plano BS alcançou 12,05% no ano, superando com folga sua meta atuarial de 8,87%.

Já o Plano CD obteve 15,50% no acumulado do ano, superando tanto a mediana dos planos CD (14,29%) quanto sua taxa indicativa de 7,53%. O PGA encerrou o exercício com 14,53%, acima do CDI no período (14,09%).

Em termos de segmentos, a Renda Variável foi o principal destaque em 2025. A mediana da amostra apresentou retorno anual de 36,31% nos planos BD e 33,59% nos planos CD. Nos planos da Fundação, o segmento acumulou 31,74% no ano, contribuindo de forma decisiva para o resultado consolidado, ainda que com perfil de alocação mais moderado. A Renda Fixa também apresentou desempenho expressivo, com mediana anual de 11,52% (BD) e 13,98% (CD), enquanto nossos planos registraram 10,54% (BD), 10,25% (BS) e 13,62% (CD), refletindo estratégia alinhada ao perfil de passivo e à política de imunização.

No que se refere aos investimentos Estruturados, a mediana anual foi de 11,44% (BD) e 14,02% (CD). Os planos da Fundação apresentaram 13,70% no acumulado do ano, desempenho competitivo frente ao mercado e relevante para diversificação de risco. O segmento Imobiliário, por sua vez, mostrou maior volatilidade ao longo do ano na amostra, enquanto em nossos planos teve participação reduzida e impacto marginal no consolidado. As Operações com Participantes (Empréstimos) também contribuíram positivamente, com retornos superiores a 15% no ano nos planos BD, BS e CD.

Em síntese, diferentemente de 2024 — quando o ambiente de mercado impôs desafios relevantes, especialmente à Renda Variável — o exercício de 2025 foi marcado por recuperação consistente dos ativos de risco e manutenção de juros elevados, favorecendo tanto a Renda Fixa quanto a diversificação via outros segmentos. A Fundação São Francisco encerrou o ano com desempenho sólido, superando suas metas atuariais e apresentando resultados compatíveis ou superiores à mediana do mercado de EFPCs, preservando a aderência ao perfil de risco e ao compromisso de longo prazo com seus participantes.

3.4.1 - REGULARIZAÇÃO E GESTÃO DOS IMÓVEIS NO FERNANDEZ PLAZA

A Fundação São Francisco, em sua Política de Investimentos 2025–2029, reafirma o seu compromisso com a gestão eficiente e a regularização dos imóveis sob sua responsabilidade, obtendo foco na valorização patrimonial e na adequada administração das unidades localizadas no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador.

Nesse contexto, em dezembro de 2025 foi realizada a reavaliação das salas do empreendimento, conduzida pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., empresa especializada na área. Os laudos seguiram as diretrizes da ABNT, especialmente as NBR nº 14653 e nº 12721, adotando o Método Comparativo para apuração do valor de mercado das unidades, com reflexos no resultado do respectivo exercício.

O procedimento observou a Resolução nº 23/2023 da PREVIC, em especial o art. 197, inciso III, que trata do registro contábil da mensuração dos imóveis pelo valor justo, positivo ou negativo, com base em laudo técnico anual, reconhecido diretamente nas contas patrimoniais correspondentes.

Paralelamente, ao longo de 2024 e 2025, foram implementadas medidas para aprimorar a governança dos processos de cobrança de aluguéis e das ações judiciais relacionadas ao empreendimento, com acompanhamento mais próximo da administração imobiliária e busca por maior eficiência. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Fundação com a gestão responsável de seus ativos e a geração de valor aos participantes.

O exercício de 2025 também foi marcado por um avanço significativo na governança documental, relacionado ao andamento da emissão das escrituras imobiliárias. Após intensa mobilização técnica para o saneamento de exigências do 1º Tabelionato de Notas de Salvador — que incluiu a recuperação de registros em arquivo morto e o cumprimento integral de diligências de rerratificação —, a serventia confirmou o atendimento total das obrigações por parte da FSF. Em novembro de 2025, o processo foi formalmente remetido ao Registro de Imóveis da Comarca de Salvador para a lavratura da escritura. A Diretoria segue monitorando de perto o trâmite final junto ao Cartório de Registro de Imóveis para garantir a segurança jurídica e a plena titularidade das salas comerciais.

Todas essas ações demonstram o compromisso da Fundação São Francisco com a boa administração de seus bens, garantindo que a regularização da situação patrimonial ocorra de maneira célere e responsável, sempre com foco na geração de valor para seus participantes.

3.4.2 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO 2026-2030

A Política de Investimentos para o período 2026–2030 foi aprovada na 98ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 17 de dezembro de 2025, refletindo a atualização do cenário econômico, o aprimoramento das diretrizes de governança e a revisão das estratégias de alocação e dos limites de risco para o exercício de 2026.

A construção da nova política considerou um ambiente de maior incerteza para 2026, marcado por ano eleitoral no Brasil, possíveis pressões fiscais e continuidade do processo de flexibilização monetária no exterior. Nesse contexto, a Entidade optou por postura mais prudente na gestão de riscos, com ajustes relevantes tanto nas alocações objetivo quanto nos limites de risco de mercado.

Além das alterações quantitativas, a política incorporou aprimoramentos qualitativos importantes:

- Adequação ao novo arcabouço normativo, incluindo a revogação da obrigatoriedade de alienação de imóveis (Resolução CMN nº 5.202/2025);
- Inclusão formal de diretrizes para operações com partes relacionadas, reforçando governança e prevenção de conflitos de interesse;
- Consolidação das diretrizes ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) no processo de análise, seleção e monitoramento de gestores e ativos;
- Ajustes redacionais que reforçam a segregação de responsabilidades entre Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

Em síntese, a Política de Investimentos 2026–2030 traduz uma evolução no modelo de governança e gestão de riscos da Fundação São Francisco, combinando maior rigor nos limites de risco, ajustes finos nas alocações estratégicas e fortalecimento das práticas de transparência e sustentabilidade. Trata-se de uma política mais robusta, prudente e alinhada às melhores práticas do sistema de previdência complementar fechado, preservando o equilíbrio entre solvência, liquidez e busca de rentabilidade no longo prazo.

3.4.3 - DAS MUDANÇAS NAS ALOCAÇÕES OBJETIVO, PREVISTOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 – 2030

As alterações nas alocações objetivo buscaram maior aderência ao perfil de passivo, aos estudos de ALM e às condições esperadas de mercado.

TABELA 4 - ALOCAÇÃO OBJETIVO PLANOS PI 2026-2030

BD Segmento	Alocação Objetivo		BS Segmento	Alocação Objetivo	
	2025	2026		2025	2026
Renda Fixa	81,10%	81,98%	Renda Fixa	86,22%	87,82%
Renda Variável	9,00%	9,50%	Renda Variável	7,00%	6,50%
Investimentos Estruturados	7,00%	6,80%	Investimentos Estruturados	5,50%	4,80%
Imobiliário	2,50%	1,35%	Imobiliário	1,10%	0,70%
Operações com Participantes	0,40%	0,37%	Operações com Participantes	0,18%	0,18%
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	Investimento no Exterior	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

Fonte: Gerência de Finanças

CODEPREV Segmento	Alocação Objetivo	
	2025	2026
Renda Fixa	81,00%	81,50%
Renda Variável	10,00%	10,50%
Investimentos Estruturados	7,00%	6,00%
Imobiliário	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	2,00%	2,00%
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

3.4.4 - DA REDUÇÃO DOS LIMITES DE RISCO DE MERCADO

A Política 2026–2030 promoveu também revisão importante dos limites de risco de mercado para os planos BD, BS, CODEPREV e PGA, com redução dos parâmetros de tolerância:

TABELA 5 - LIMITE DE RISCO PLANOS PI 2026-2030

Segmento/Plano	2025	2026
Plano	2,00%	1,50%
Renda Fixa	1,00%	0,40%
Multimercado Estruturado	6,00%	4,00%
Renda Variável – Ativo (Beta)	13,50%	8,00%
Exterior – Renda Variável	12,00%	8,00%
Exterior – Renda Fixa	4,50%	1,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A redução dos limites evidencia postura mais conservadora diante do ambiente de incerteza eleitoral e fiscal projetado para 2026, fortalecendo o controle de volatilidade e a proteção do patrimônio.

3.4.5 - CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS E BENEFÍCIOS PARA OS PARTICIPANTES

Dando continuidade à estratégia de apoio financeiro iniciada com a reabertura da carteira em 2024, o exercício de 2025 confirmou a importância deste serviço como um dos principais benefícios oferecidos aos participantes ativos e assistidos. A manutenção da carteira aberta ao longo de todo o ano resultou em uma elevação acentuada na demanda, consolidando o empréstimo consignado como uma ferramenta essencial de fidelização e suporte patrimonial.

A Fundação preservou os pilares que garantem a atratividade e a segurança da modalidade, reafirmando os termos essenciais para os Planos I/BD, II/CD-Codeprev e III/Saldado:

- a) Acessibilidade: Teto de concessão mantido em até R\$ 40.000,00, permitindo um suporte relevante para diversas necessidades financeiras;
- b) Competitividade: Taxas pré-fixadas que permanecem significativamente abaixo das praticadas pelo mercado bancário convencional; e
- c) Flexibilidade: Prazos de amortização variando de 6 a 48 meses, com regras de renovação que privilegiam a responsabilidade financeira do tomador.

A integração com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) para os participantes do Codeprev atingiu plena maturidade em 2025. A agilidade na consulta de margem consignável e a validação automática da capacidade de pagamento reduziram o tempo de resposta e elevaram o nível de segurança institucional.

A carteira de empréstimos consolidou-se em 2025 como um dos principais serviços de suporte aos nossos participantes, especialmente para o público ativo. Alinhada à missão previdenciária da Fundação, esta modalidade de investimento apresentou uma elevação na demanda de 38% em relação ao exercício anterior, atingindo o montante total de R\$ 4,652 milhões em concessões.

Ao transformar parte das reservas garantidoras em crédito direto ao participante, a Fundação São Francisco não apenas cumpre sua função social de oferecer crédito justo, mas também assegura uma rentabilidade consistente para os planos, alinhando a rentabilidade dos investimentos ao bem-estar imediato de seus associados.

4. DADOS POPULACIONAIS

Nossa Fundação é composta por uma comunidade de participantes ativos, que estão construindo seu futuro, e de participantes assistidos, que já desfrutam de seus benefícios. Conheça o perfil da nossa população em 2025.

4.1 Ativos

FIGURA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS

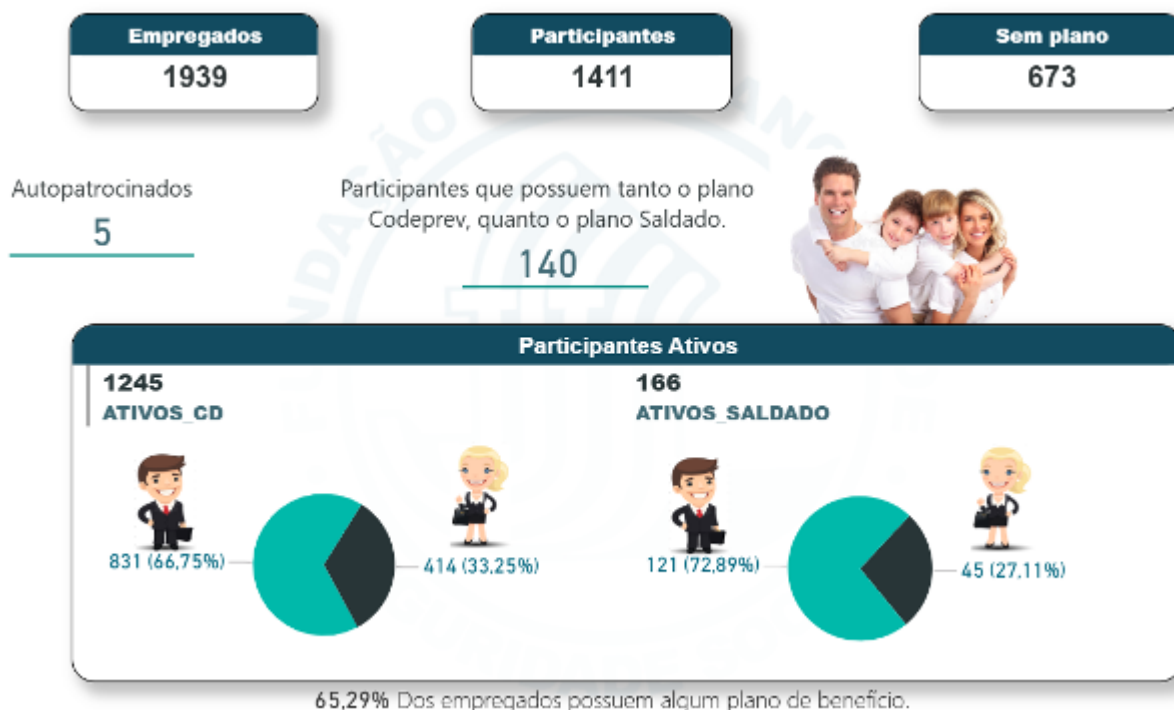
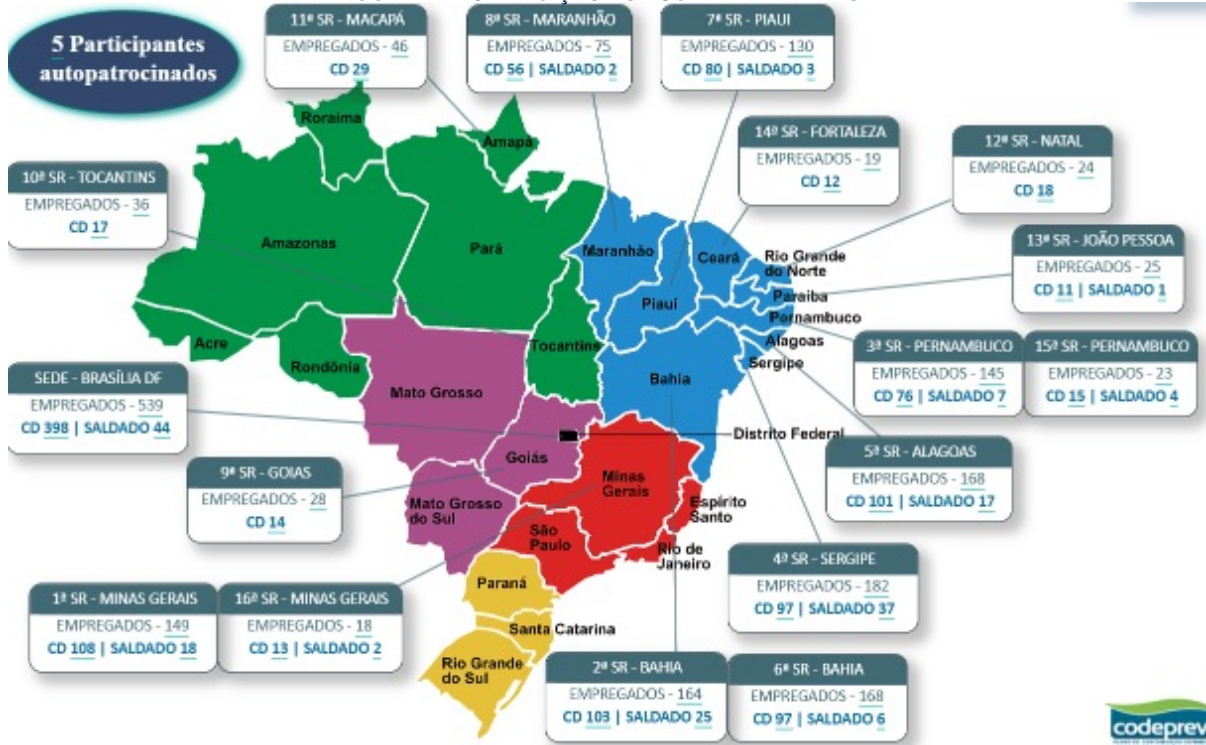


FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA



4.2 Assistidos

São os 915 aposentados e pensionistas que recebem seus benefícios em dia, fruto de uma vida de contribuição e de uma gestão responsável.

FIGURA 3 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIO



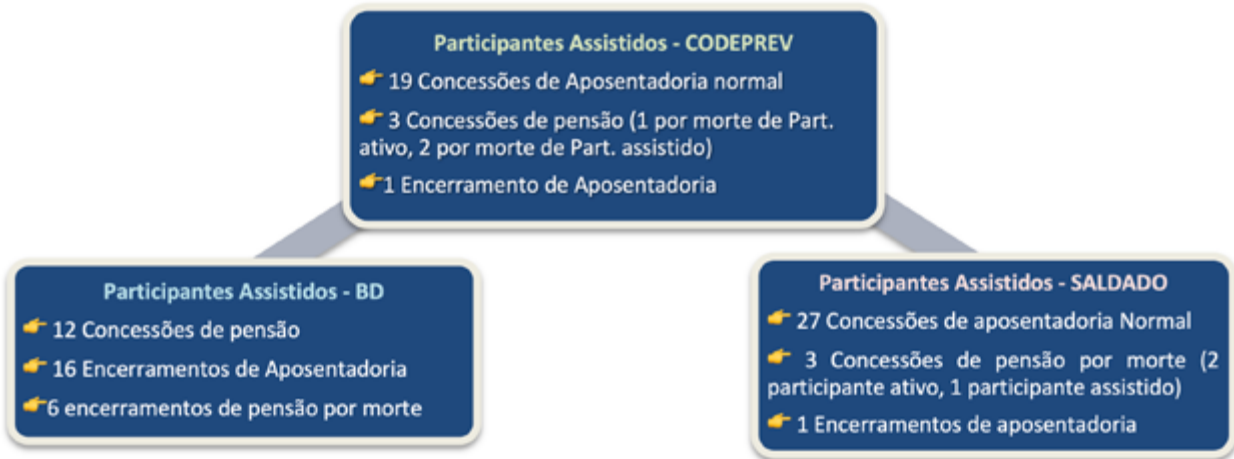
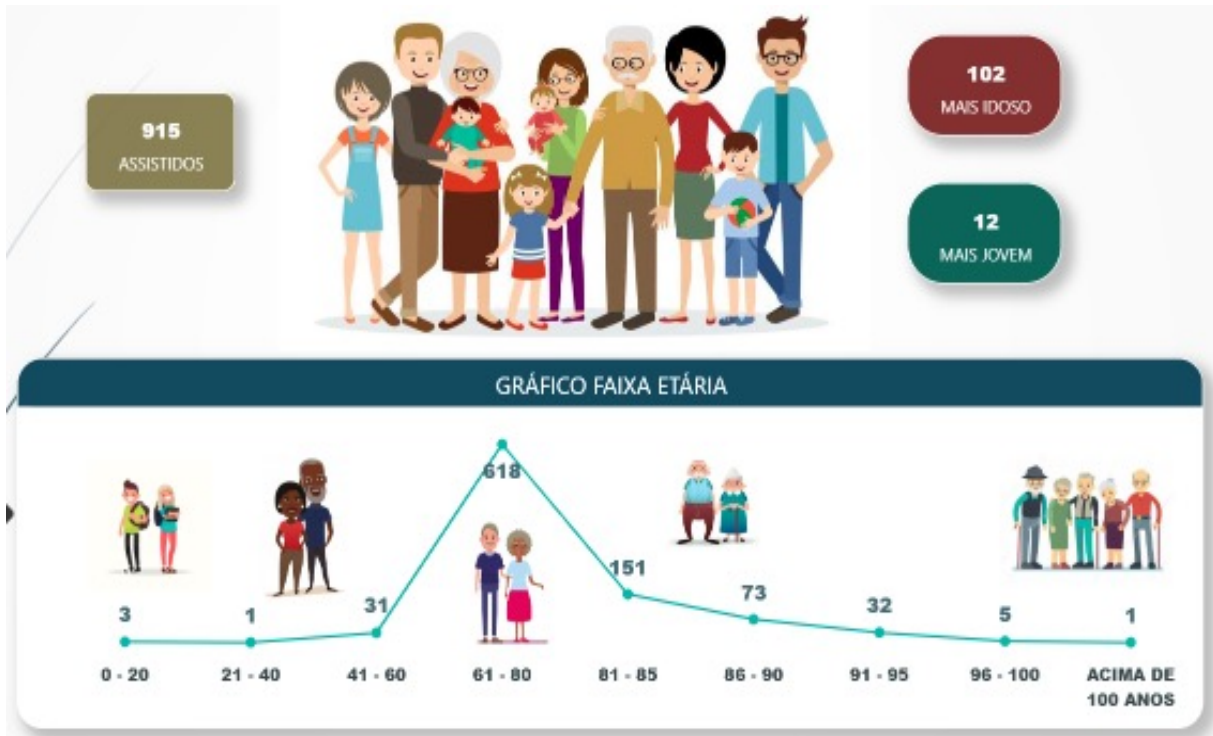


FIGURA 4 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS I, II E III



5. PLANOS DE BENEFÍCIOS

A seguir, apresentamos um detalhamento de cada um dos nossos planos de benefícios em 2025



5.1 Plano I/BD

5.1.1 Previdencial

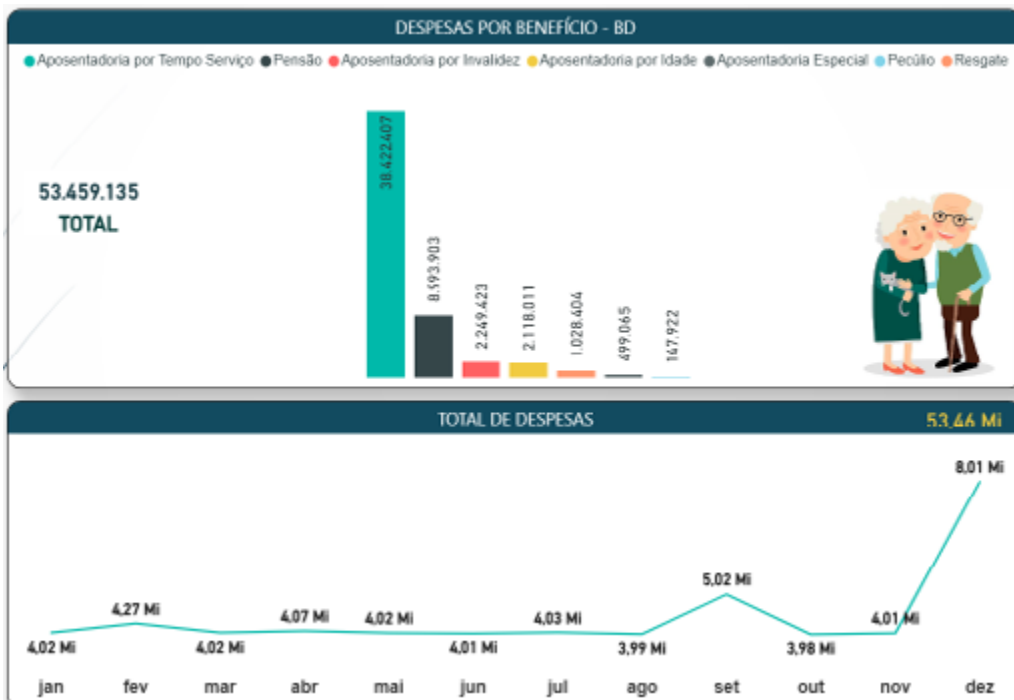
5.1.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 1 - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – BD



5.1.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 2 - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – BD



5.1.1.3 Hipóteses Atuariais

Os quadros abaixo apresentam as hipóteses atuariais, por Plano de Benefícios, para o ano de 2025:

TABELA 6 - HIPÓTESES ATUARIAIS BD

Plano de Benefícios I - BD	
Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	5,10% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável
Rotatividade	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	Não Aplicável
Composição Familiar - BaC	Não Aplicável
Composição Familiar - BC	Família Real

O estudo contemplou a população de aposentados válidos e inválidos, bem como os pensionistas vitalícios válidos, considerando-se a exposição ao risco até 31/12/2024 e as ocorrências de óbitos observadas no período.

A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: não foram identificadas evidências estatisticamente significativas para rejeição da aderência da tábua atualmente adotada. Ainda assim, recomendou-se sua adequação, mediante a adoção da Tábua AT-2000 suavizada em 10%, Segregada por Sexo, por apresentar melhor qualidade de ajuste em relação à hipótese anteriormente vigente, sem impactos relevantes sobre as provisões matemáticas, preservando-se o nível de prudência atuarial do Plano.
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: concluiu-se pela manutenção da Tábua AT-2000 Básica Masculina como hipótese atuarial, tendo em vista o adequado alinhamento entre as frequências observadas de óbitos e aquelas esperadas segundo a tábua adotada, caracterizando indício de aderência e adequabilidade da hipótese atualmente utilizada.

5.1.2 Investimento

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Considerando o cenário de alta da Selic e a volatilidade nos mercados de ações, realizamos reajustes na carteira dos investimentos de forma estratégica, visando reduzir a exposição à Renda Variável, aos Investimentos Estruturados e cumprir as determinações do estudo de ALM. Ao longo do ano, esses recursos foram realocados para compra de NTN-Bs mercadas na curva, garantindo taxas médias de IPCA + 7,80% ao ano.

Para reforçar a segurança em um cenário desafiador, o Plano BD adotou uma estratégia conservadora em 2025, direcionando 85,48% dos recursos para a Renda Fixa. As demais categorias de investimento, Renda Variável e Investimentos Estruturados, passaram a representar 5,24% e 7,38% do total, respectivamente.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios I – BD, no valor de R\$ 343,40 milhões é composta por:

- Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 20,457 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 43,359 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- Carteira Própria (R\$ 273,083 milhões), divididos em Títulos Públicos e Títulos de Crédito Privado;
- Operações com Participantes (R\$ 1,320 milhões); e

e) Imóveis (R\$ 5,187 milhões).

TABELA 7 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

em milhões de reais (R\$)				
Plano de Benefícios I – BD	2025	%	2024	%
RENDA FIXA	293,5	85,48%	277,3	80,95%
NTN - B	271,2	78,96%	252,2	73,64%
LFT	1,9	0,56%	-	0,00%
Fundos de Renda Fixa	20,5	5,96%	25,0	7,31%
Plural High Grade FI RF	-	0,00%	1,8	0,53%
Itaú High Grade	20,5	5,96%	23,2	6,78%
RENDA VARIÁVEL	18,0	5,24%	31,6	9,21%
FIF CIC Renda Variável	18,0	5,24%	31,5	9,21%
ESTRUTURADOS	25,4	7,38%	23,9	6,97%
FIF CIC Multimercado CP	25,4	7,38%	23,9	6,97%
Ático Geração Energia FIP	0,0	0,00%	0,0	0,00%
IMOBILIÁRIO	5,2	1,51%	8,4	2,44%
CRI Infrasec	-	0,00%	3,7	1,08%
Imóveis	5,2	1,51%	4,7	1,36%
EMPRÉSTIMOS / PARTICIPANTES	1,3	0,38%	1,5	0,42%
Total	343,4	100,00%	342,5	100,00%
Fonte: Gerência de Finanças				

TABELA 8 - ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	85,48%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	5,24%	0% - 25%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	7,38%	0% - 15%	Dentro do limite
Imóveis	1,51%	0% - 6%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,38%	0% - 5%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 9 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	10,54%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Imóveis	1,91%	-1,05% (IGP-M)
Operações com Participantes	16,01%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)
Consolidado PLANO BD	11,78%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 10 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

BD	RENTABILIDADE	META (INPC + 5,10%aa)
2016	13,47%	12,02%
2017	8,58%	7,28%
2018	12,73%	8,70%
2019	20,65%	9,81%
2020	3,87%	10,83%
2021	5,79%	15,78%
2022	3,37%	11,33%
2023	11,37%	9,00%
2024	6,17%	10,11%
2025	11,78%	9,49%
Acumulado (10 anos)	151,57%	169,29%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 11 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
NTN-B	STN	15/08/2028	42,3	49,3
NTN-B	STN	15/08/2030	29,6	38,0
NTN-B	STN	15/08/2032	25,0	27,9
NTN-B	STN	15/05/2033	2,5	2,5
NTN-B	STN	15/08/2040	17,0	18,2
NTN-B	STN	15/05/2045	57,1	81,2
NTN-B	STN	15/08/2050	22,2	38,4
NTN-B	STN	15/05/2055	9,3	15,6
TOTAL			205,1	271,2

Fonte: Gerência de Finanças

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação e não houve negociação de nenhum título classificado na categoria "mantido até o vencimento" (Marcado pela Curva).

TABELA 12 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	69,34%	0,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,53%	0,00%	25,00%
Investimentos Estruturados	20%	13,04%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	1,65%	0,00%	6,00%
Operações com Participantes	15%	0,44%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	15%	0,00%	0,00%	5,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

TABELA 13 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Renda Fixa	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	6,52%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	12,63%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	79,01%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 15 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS

em mil de reais (R\$)					
NATUREZA	Plano BD	Itaú High Grade	FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multimercado	Ático Geração Energia FIP
Rebate	-	-	89,4	36,2	-
Taxa de consultoria	-	-	-12,7	-12,7	-
Taxa de administração	-	-3,7	-13,6	-13,6	-27,7
Custódia	-94,8	-2,6	-5,8	-5,8	-2,0
Cetip	-0,6	-0,6	-5,9	-4,4	-0,5
Gestão	-	-38,9	-33,8	-25,7	-30,5
Selic	-8,1	-	-0,0	-0,0	-
Taxa ANBIMA	-	0,0	-0,6	-	-0,0
Taxa CVM	-	-	-3,3	-2,0	-1,7
Auditoria	-	-0,1	-0,8	-0,8	-2,3
ABVCAP	-	-	-	-	-0,1
Serasa	-	-	-	-	-0,0
Taxa escrituração	-	-	-	-	-0,0
Performance	-	-	-	-	-163,8
Cartório	-	-	-	-	-0,0
Tarifa banco	-	-	-	-	-0,5
Despesas adm.	-	-0,0	-	-	-0,2
Despesa CTVM	-	-	-	-	-0,6
Provisão garantias STIG	-	-	-	-	-142,4
AFAC - STIG energia	-	-	-	-	19,7
Taxa distribuição	-	-3,4	-	-	-
Total	-103,5	-49,1	12,9	-28,9	-352,7

Fonte: Gerência de Finanças

No exercício de 2024 e na execução de 2025, observa-se que os dispêndios se concentraram principalmente nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado CP, onde houve maior volume de taxas operacionais e de movimentações.

No FIF CIC Multimercado CP este comportamento se assemelha, onde é possível verificar o aumento nas despesas de custódia e manutenção operacional entre os períodos. Ademais, o fundo Itaú High Grade apresentou estrutura de custos mais restrita, concentrada sobretudo em despesas operacionais específicas e encargos pós-postergação, enquanto o investimento em Ático Geração Energia FIP evidencia despesas moderadas vinculadas principalmente à gestão e à custódia do ativo, com variações pontuais entre 2024 e 2025.

EQUILÍBRIO TÉCNICO

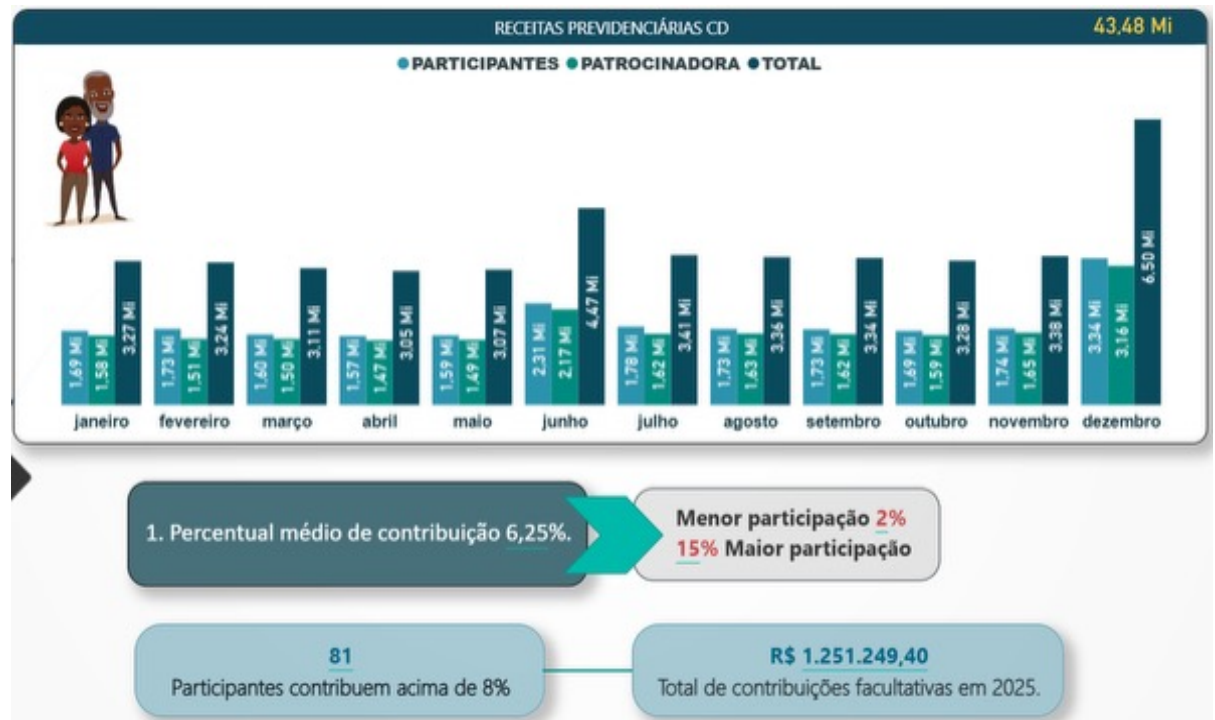
O Plano BD passou de um déficit acumulado de (R\$ 2,5 milhões), em 31/12/2024, para o déficit acumulado de (R\$ 466 mil), em 31/12/2025, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Considerando o Ajuste de Precificação positivo reavaliado em 31/12/2025, no valor de R\$ 8,7 milhões, tem-se que o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), que representa o resultado do plano para fins de aferição do seu nível de solvência, é superavitário no valor de R\$ 8,3 milhões, ou seja, um ótimo resultado que reforça sua solidez.

Observa-se, no exercício de 2025, que a recuperação do resultado atuarial do Plano se deve, sobretudo, ao desempenho favorável dos investimentos no período, aliado às alterações implementadas na composição da carteira e ao ajuste da base cadastral dos participantes do Plano.

5.2 Plano de Benefícios II/CODEPREV

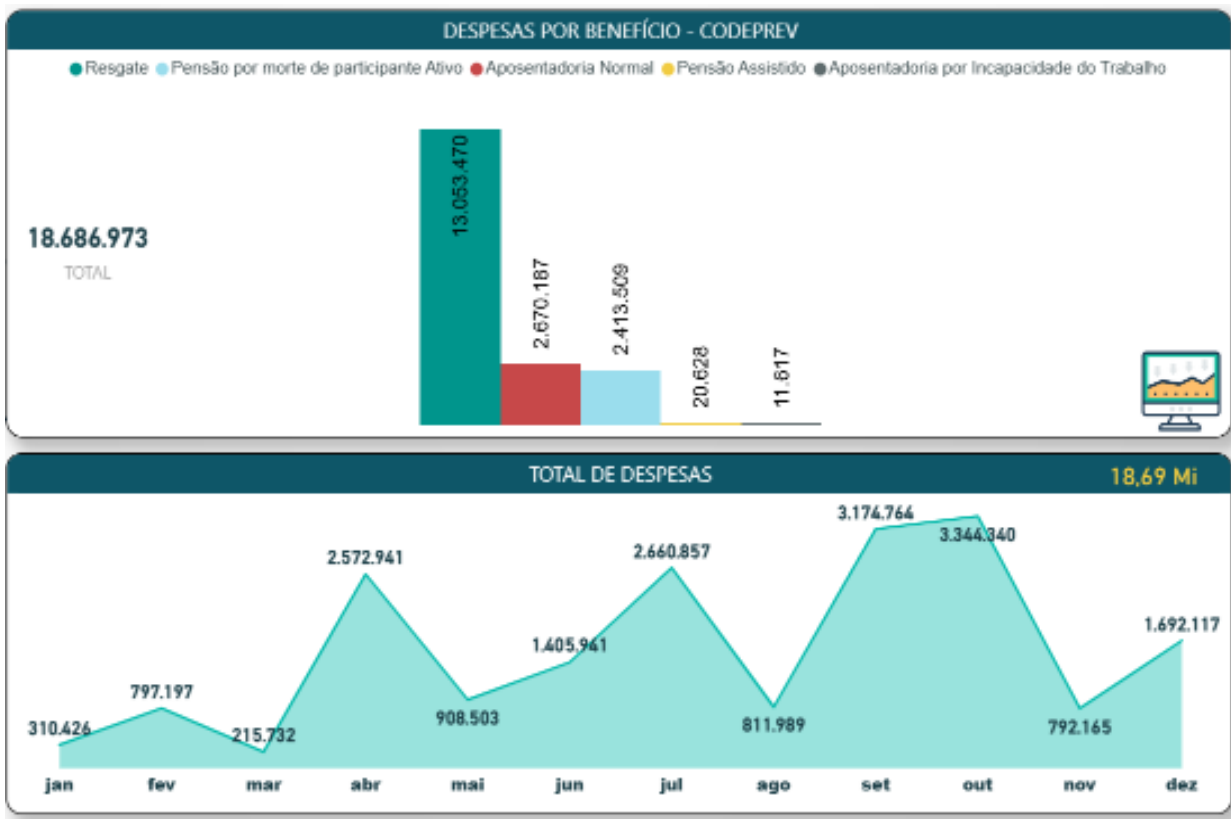
5.2.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 3 - PATRONAL X PARTICIPANTE – CODEPREV



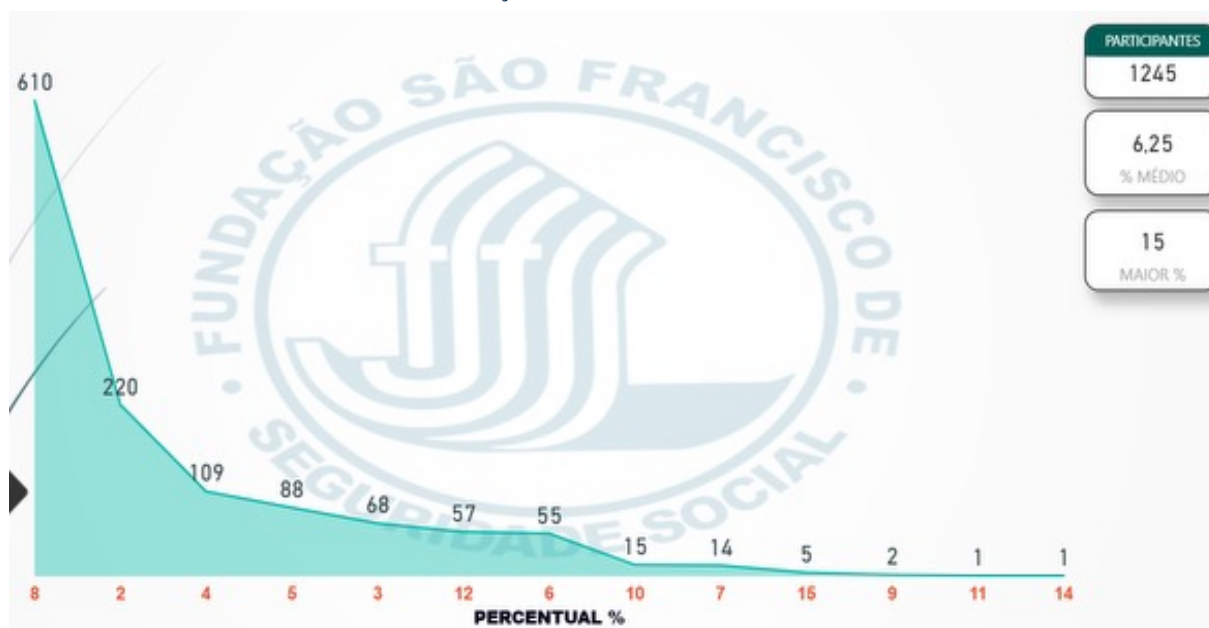
5.2.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 4 - DESPESAS POR BENEFÍCIO – CODEPREV



Percentual de contribuição x Quantidade de participantes

GRÁFICO 5 - % CONTRIBUIÇÃO QUANTIDADE PARTICIPANTES – CODEPREV



Em razão da natureza do plano ser de Contribuição Definida (CD) e da modelagem técnica dos benefícios assegurados, o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano é restrito às seguintes tábuas de probabilidades:

TABELA 16 - HIPÓTESES ATUARIAIS – CD

Plano de Benefícios II - Codeprev	
Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	Não Aplicável por se ter como Indexador do Plano a Variação das Cotas
Indexador do Plano	Variação das Cotas
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Básica por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana

Os estudos atuariais realizados em 2024 indicaram a necessidade de revisão das tábuas utilizadas no cálculo dos custos dos benefícios de risco do Plano CODEPREV, por apresentarem estimativas excessivamente conservadoras. Verificou-se desalinhamento entre os eventos observados e os estimados, sendo recomendada a **adoção da Tábua AT-2000 Básica por Sexo para a mortalidade geral e da Tábua Americana para a entrada em invalidez**, alteração que passou a ser adotada a partir de 2025, mantendo adequado nível de prudência atuarial.

5.2.3 Investimento

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

No início de 2025, a alocação do Plano CD refletia uma diversificação entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes. Mesmo com a alta da Selic em 2024 e 2025, os segmentos de Renda Variável e Multimercado obtiveram uma boa performance, fomentando a continuidade de alocação em ambos os setores. Ao final do exercício, a carteira de Renda Variável e Multimercado cresceu 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior. Do mesmo modo, houve o aumento na exposição a ativos de menor risco, como títulos pós-fixados vinculados à Selic, reforçando o compromisso da Fundação São Francisco com uma gestão prudente e eficiente, sempre focada na segurança e no equilíbrio de longo prazo dos inves-

PLANOS DE BENEFÍCIOS PGA PROCESSOS JUDICIAIS

timentos. Tais ações foram fundamentais para adequar os planos ao cenário econômico e proteger os interesses dos participantes.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios II – CODEPREV, no valor de R\$ 464,28 milhões é composta por:

- a) Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 24,610 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- b) Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 86,442 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- c) Carteira Própria (R\$ 350 milhões), divididos em Títulos Públicos (NTN-B e LFT); e
- d) Operações com Participantes (R\$ 2,524 milhões).

TABELA 17 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD

Plano de Benefícios II – CODEPREV	em milhões de reais (R\$)			
	2025	%	2024	%
Renda Fixa	375,3	80,84%	311,5	81,52%
NTN-B	143,6	30,94%	87,5	22,90%
LFT	207,1	44,60%	180,5	47,24%
Fundos de Renda Fixa	24,6	5,30%	43,5	11,37%
Plural High Grade FI RF	-	-	0,5	0,14%
Itaú High Grade	24,6	5,30%	42,9	11,23%
Renda Variável	54,3	11,69%	41,2	10,78%
FIF CIC Renda Variável	54,3	11,69%	41,2	10,78%
Estruturados	32,2	6,93%	28,3	7,40%
FIF CIC Multimercado CP	32,2	6,93%	28,3	7,40%
Empréstimos	2,5	0,54%	1,1	0,30%
Ativo de Invest. Total	464,3	100%	382,1	100%
Fonte: Gerência de Finanças				

TABELA 18 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	80,84%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	11,69%	0% - 40%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	6,93%	0% - 20%	Dentro do limite
Imóveis	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,54%	0% - 10%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 19 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	13,62%	7,53% (INPC+3,50% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Operações com Participantes	-	-1,05% (IGP-M)
Consolidado CODEPREV	15,13%	7,53% (INPC+3,50% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 20 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

CODEPREV	RENTABILIDADE	Indicador de Referência (INPC + 3,5% aa)
2016	16,92%	10,31%
2017	13,56%	5,64%
2018	10,30%	7,05%
2019	22,11%	8,14%
2020	3,48%	9,14%
2021	-2,92%	14,02%
2022	2,56%	9,64%
2023	12,89%	7,34%
2024	3,75%	8,43%
2025	15,50%	7,53%
Acumulado (10 anos)	149,25%	130,35%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 21 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA "MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO" (MTM)

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
LFT	STN	01/03/2029	150,6	207,1
NTN-B	STN	15/08/2026	31,8	33,5
NTN-B	STN	15/08/2028	15,0	11,7
NTN-B	STN	15/08/2032	11,1	11,6
NTN-B	STN	15/08/2040	11,2	72,0
Total			219,8	335,9

Fonte: Gerência de Finanças

Com a publicação da Resolução CNPC nº 61, em 17 de dezembro de 2024, a marcação dos títulos públicos “à vencimento” (Marcação na curva) passou a ser permitida para todos os tipos de planos de benefícios, desde que a entidade possua capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. A adoção desse critério reduz a volatilidade dos resultados financeiros dos planos de Contribuição Definida, proporcionando maior estabilidade na gestão dos investimentos. Adicionalmente, a nova regulamentação autoriza a reclassificação dos títulos públicos federais adquiridos até 31 de dezembro de 2026, conferindo maior flexibilidade às estratégias de alocação de ativos das EFPC.

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação “mantido à negociação” (Mercado à mercado).

TABELA 22 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	73,00%	60,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	10,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	15%	2,00%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	10,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

TABELA 23 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	BENCHMARK	TAXA INDICATIVA
Plano	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	49,90%
Até D+1	Títulos Públicos + Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	18,62%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	30,94%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 25 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS

NATUREZA	CODEPREV	Itaú High Grade	em mil de reais (R\$)	
			FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multimercado
Rebate	-	0,0	269,6	109,3
Taxa de consultoria	-	0,0	-38,4	-38,4
Taxa de administração	-	-4,4	-40,9	-40,9
Custódia	-115,9	-3,1	-17,5	-17,5
Cetip	-0,0	-0,7	-17,7	-13,2
Gestão	-	-46,8	-101,9	-77,6
Selic	-10,8	0,0	-0,0	-0,0
Taxa ANBIMA	-	0,0	-1,8	-
Taxa CVM	-	0,0	-9,9	-6,2
Auditoria	-	-0,1	-2,3	-2,6
Despesas ADM	-	-0,0	-	-
Cartório	-	0,0	-	-
Taxa distribuição	-	-4,0	-	-
Total	-126,8	-59,1	39,0	-87,1

Fonte: Gerência de Finanças

Nas despesas do Codeprev, os custos também se concentraram nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado, destacando a presença de taxas de administração, gestão, comitê e encargos regulatórios. Em 2025, observou-se um incremento relevante das despesas operacionais e de movimentação, especialmente nas rubricas vinculadas às aplicações financeiras e encargos associados à estrutura dos fundos

5.3 Plano de Benefícios III/SALDADO

5.3.1 Receitas

GRÁFICO 6 - RECEITAS SALDADO



A Fundação São Francisco já liquidou a dívida pertinente ao Saldamento, estando quite com suas obrigações.

5.3.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 7 - DESPESAS SALDADO

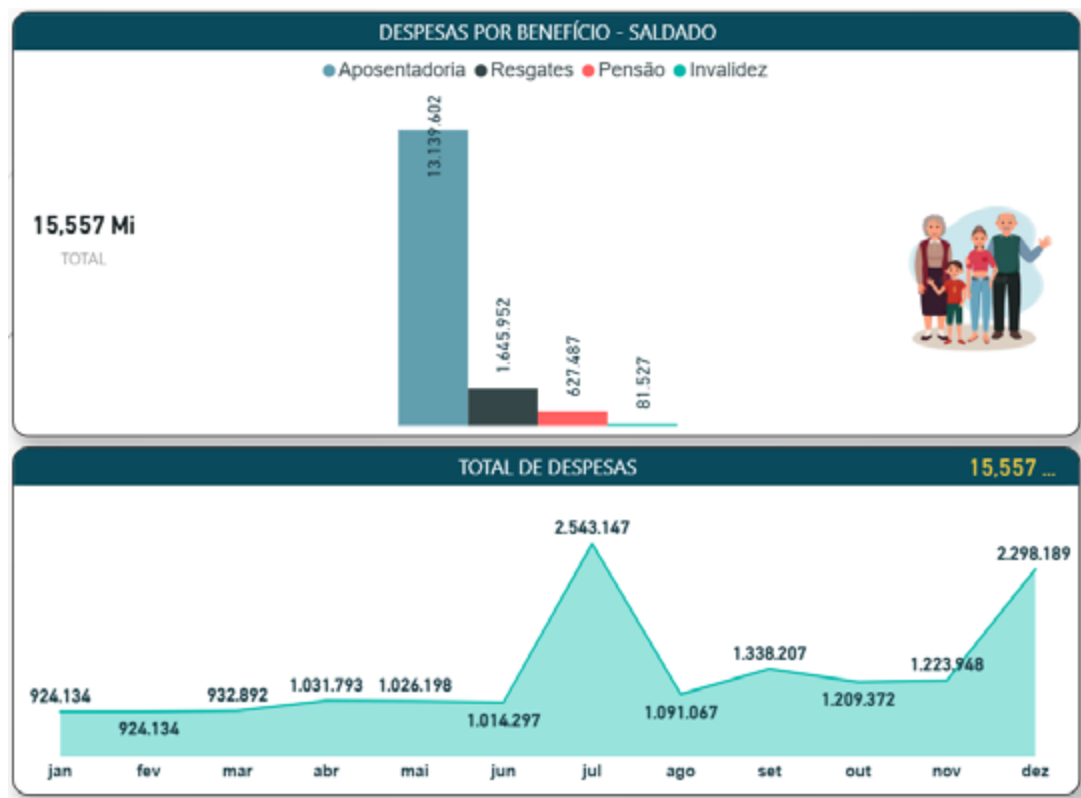


TABELA 26 - HIPÓTESES ATUARIAIS – SALDADO
Plano de Benefícios III - Saldado

HIPÓTESE	Valor
Taxa Real de Juros	4,50% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Male
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana
Rotatividade	Nula
Entrada em Aposentadoria	Ao atingir as carências regulamentares
Composição Familiar - BaC	Família Média do Plano
Composição Familiar - BC	Família Real

O estudo contemplou a população de aposentados válidos e inválidos, bem como os pensionistas vitalícios válidos, considerando-se a exposição ao risco até 31/12/2024 e as ocorrências de óbitos observadas no período.

- A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais: Tábua de Mortalidade Geral: não foram identificadas evidências estatisticamente significativas para rejeição da aderência da tábua atualmente adotada. Ainda assim, recomendou-se sua adequação, mediante a **adoção da Tábua AT-2000 Suavizada em 10%, Segregada por sexo**, por apresentar melhor qualidade de ajuste em relação à hipótese anteriormente vigente, sem impactos relevantes sobre as provisões matemáticas, preservando-se o nível de prudência atuarial do Plano.
- Tábua de Entrada em Invalidez: a partir da comparação entre as quantidades observadas e esperadas, com base nos dados cadastrais, recomendou-se a adequação da tábua atualmente vigente, com a **adoção da tábua Americana** como hipótese para a premissa de Entrada em Invalidez do Plano Saldado. A tábua proposta apresenta frequência esperada similar à da tábua vigente, evitando-se a aplicação de desagravo em seu conjunto original de probabilidades.

5.3.3 Investimento

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O Plano BS seguiu uma estratégia semelhante ao Plano BD, começando 2025 com uma alocação de 85,04% em Renda Fixa, 8,49% em Renda Variável, 5,52% em Estruturados, 0,76% no Segmento Imobiliário e 0,18% em Operações com participantes. Considerando a boa performance dos segmentos de Renda Variável e Estruturados em 2024 e 2025, mantivemos a alocação nos ativos e, ao final do exercício, a carteiras obtiveram crescimento de 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios III – BS, no valor de R\$ 460,04 milhões é composta por:

- Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 35,171 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 64,481 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- Carteira Própria (R\$ 356,054 milhões), divididos em Títulos Públicos e Títulos de Crédito Privado;
- Operações com Participantes (R\$ 0,809 milhões); e
- móveis (R\$ 3,519 milhões).

PLANOS DE BENEFÍCIOS PGA PROCESSOS JUDICIAIS

TABELA 27 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BS

em milhões de reais (R\$)				
Plano de Benefícios III – BS	2025	%	2024	%
Renda Fixa	391,2	85,04%	362,5	86,32%
NTN-B	355,8	77,35%	341,6	81,34%
LFT	0,2	0,05%	-	-
Fundos de Renda Fixa	35,2	7,65%	20,9	4,98%
Plural High Grade FI RF	-	-	0,2	0,05%
Itaú High Grade	35,2	7,65%	20,7	4,93%
Renda Variável	39,1	8,49%	29,7	7,06%
FIF CIC Renda Variável	39,1	8,49%	29,7	7,06%
Estruturados	25,4	5,52%	22,4	5,32%
FIF CIC Multimercado CP	25,4	5,52%	22,4	5,32%
Ático Geração Energia FIP	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Imobiliário	3,5	0,76%	4,6	1,11%
CRI Infrasec	-	-	1,5	0,35%
Imóveis	3,5	0,76%	3,2	0,75%
EMPRÉSTIMOS / PARTICIPANTES	0,8	0,18%	0,8	0,19%
Ativo de Invest. Total	460,0	100%	420,0	100,00%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 28 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	85,04%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	8,49%	0% - 20%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	5,52%	0% - 15%	Dentro do limite
Imóveis	0,76%	0% - 5%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,18%	0% - 5%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 29 - RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	10,25%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Imóveis	-0,45%	-1,05% (IGP-M)
Operações com Participantes	16,03%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)
Consolidado PLANO BS	12,05%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 30 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

CODEPREV	RENTABILIDADE	Indicador de Referência (INPC + 3,5% aa)
2017	8,55%	6,66%
2018	13,45%	8,08%
2019	17,48%	9,18%
2020	3,93%	10,20%
2021	7,30%	15,12%
2022	6,22%	10,70%
2023	11,13%	8,38%
2024	7,21%	9,48%
2025	12,05%	8,87%
Acumulado	128,78%	128,33%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 31 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
LFT	STN	01/03/2030	0,2	0,2
NTN-B	STN	15/08/2028	70,6	82,0
NTN-B	STN	15/08/2032	24,6	27,4
NTN-B	STN	15/05/2033	7,0	7,4
NTN-B	STN	15/05/2035	37,7	49,4
NTN-B	STN	15/08/2040	10,5	12,2
NTN-B	STN	15/05/2045	61,3	94,7
NTN-B	STN	15/08/2050	28,6	56,8
NTN-B	STN	15/05/2055	13,8	25,9
Total			254,3	356,1

Fonte: Gerência de Finanças

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação e não houve negociação de nenhum título classificado na categoria “mantido até o vencimento” (Marcado pela Curva).

TABELA 32 - LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	78,43%	0,00%	100,00%
Renda Variável	70%	13,29%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20%	6,61%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	1,49%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	15%	0,18%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

TABELA 33 - DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	7,70%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	14,02%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	77,37%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 35 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS

em mil de reais (R\$)					
NATUREZA	Plano BS	Itaú High Grade	FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multi-mercado	Ático Geração Energia FIP
Rebate	-	-	89,4	36,2	-
Taxa de consultoria	-	-	-27,7	-27,7	-
Taxa de administração	-	-6,3	-29,5	-29,5	-18,8
Custódia	-121,3	-4,5	-12,6	-12,6	-1,3
Cetip	-0,3	-1,0	-12,7	-9,5	-0,3
Gestão	-	-66,8	-73,4	-55,8	-20,7
Selic	-10,5	-	-0,0	-0,0	-
Taxa ANBIMA	-	0,0	-1,3	-	-0,0
Taxa CVM	-	0,0	-7,1	-4,4	-1,2
Auditoria	-	-0,1	-1,7	-1,8	-1,6
ABVCAP	-	0,0	-	-	-0,0
Serasa	-	0,0	-	-	-0,0
Taxa escrituração	-	0,0	-	-	-0,0
Performance	-	0,0	-	-	-111,1
Cartório	-	0,0	-	-	-0,0
Tarifa banco	-	0,0	-	-	-0,3
Despesas ADM	-	-0,0	-	-	-0,1
Dividendos	-	-	-	-	-
Despesa CTVM	-	0,0	-	-	-0,4
Provisão STIG	-	0,0	-	-	-96,6
AFAC - STIG energia	-	0,0	-	-	13,3
Taxa distribuição	-	-5,8	-	-	-
Total	-132,2	-84,5	-76,5	-105,1	-239,3

Fonte: Gerência de Finanças

No Plano Saldado houve a predominância das despesas associadas aos fundos de renda variável e multimercado, cujo padrão se assemelha aos planos BD e CD. Neste aspecto, é possível observar um incremento nas taxas de administração e nas despesas operacionais em 2025, além do aumento nos valores relacionados às aplicações financeiras. Tais resultados refletem as reavaliações das posições realizadas pelos Gestores além do maior volume de movimentação.

Além disso, o Itaú High Grade mantém perfil de custo reduzido, enquanto o Ático Geração Energia FIP apresenta despesas estáveis e concentradas em encargos de gestão e custódia.

EQUILÍBRIO TÉCNICO

O Plano de Benefícios III (BD Saldado) apresentou, no exercício, superávit contábil de R\$ 66,1 milhões. Dessa forma, o superávit técnico acumulado passou de R\$ 64,6 milhões, em 31/12/2024, para R\$ 94,0 milhões, em 31/12/2025, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

A variação verificada foi o aumento do superávit em aproximadamente 46%, comparativamente ao resultado acumulado de 31/12/2024, decorrente, principalmente, do ganho de rentabilidade apurada no ano de 2025 e do ganho financeiro do Plano gerado pelos participantes que se encontravam na condição de Risco Iminente em 31/12/2024 e que não requereram o benefício de aposentadoria ao longo de 2025.

6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) da São Francisco envolve a contabilização detalhada de todas as receitas e despesas associadas à administração dos planos de benefícios.

Em 2025, nossa gestão foi marcada pela eficiência, conforme é detalhado a seguir.

6.1 Fontes de Custeio/Receita

As fontes de custeio da Fundação São Francisco são compostas pela **taxa de administração** (relacionada ao Custeio de Investimentos), calculada sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, e pela **taxa de carregamento** (vinculada ao Custeio Previdencial), incidente sobre o somatório das contribuições vertidas por participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como, quando aplicável, sobre os benefícios pagos aos assistidos.

Os valores arrecadados são apropriados pelos planos de benefícios (BD, CD e BS) e posteriormente transferidos ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), em conformidade com a estrutura de custeio vigente, sendo sua composição detalhada a seguir:

TABELA 36 – FONTES DE CUSTEIO

Descrição					Em mil reais (R\$ mil)
	Receitas	%	Despesas	%	Constituição/Reversão
Custeio Previdencial	1.664,4	15,97%			
Custeio dos Investimentos	7.236,3	69,43%	9.257,9	100%	1.164,9
Resultado Aplicação	1.522,2	14,60%			
Total	10.422,8	100%	9.257,9	100%	1.164,9

Por meio da análise do demonstrativo acima, verifica-se que a taxa de administração (Custeio de Investimentos) constitui a principal fonte de custeio do Plano de Gestão Administrativa, representando 69% do total das receitas administrativas no período analisado, o que evidencia sua relevância estrutural para a manutenção das atividades da Entidade.

Adicionalmente, compõe a estrutura de financiamento do PGA a rentabilidade auferida pelo Fundo Administrativo, decorrente do resultado das aplicações financeiras, cuja performance impacta diretamente a formação ou recomposição das reservas administrativas.

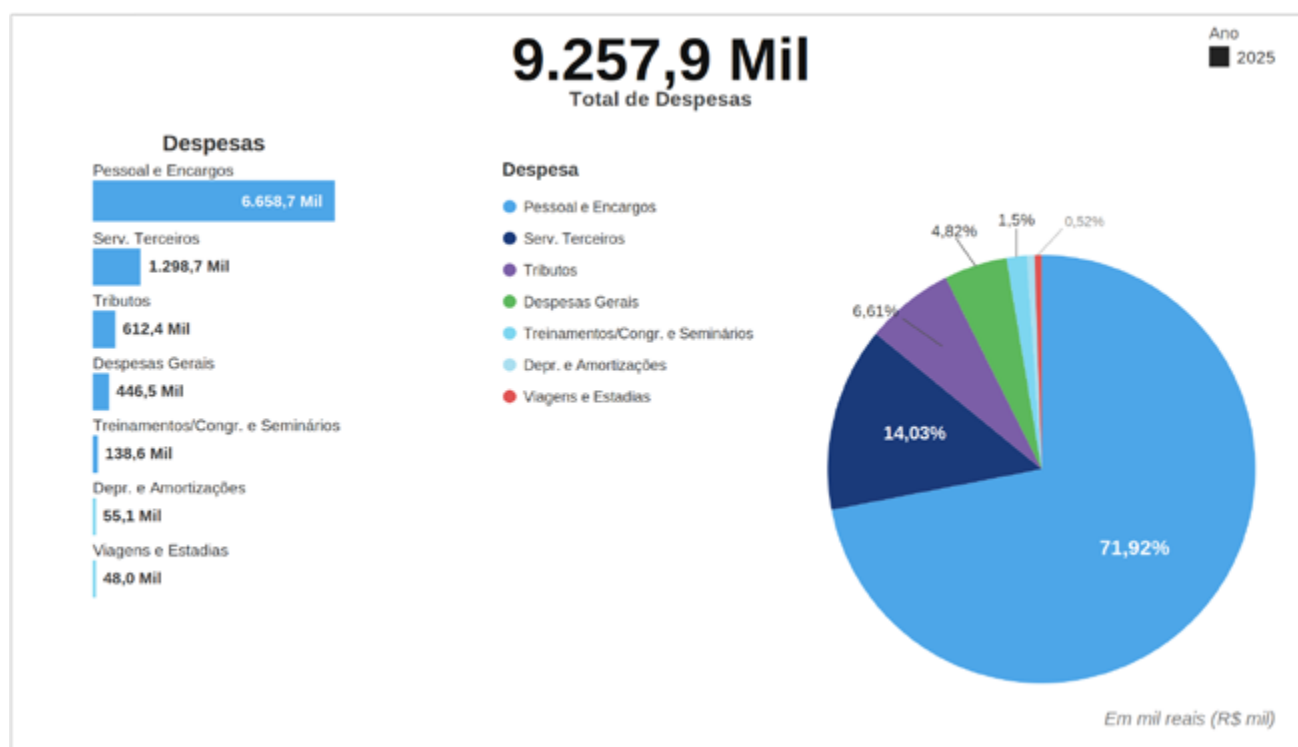
Ressalta-se que, em conformidade com a legislação e com o regulamento vigente, os critérios, parâmetros e limites estabelecidos para o custeio das despesas administrativas encontram-se devidamente previstos no orçamento anual, o qual foi submetido à apreciação e aprovado pelo Conselho Deliberativo, assegurando aderência às normas regulatórias e à governança institucional.

6.2 Despesas

Considerando a restrição de recursos destinados às despesas administrativas, a Fundação São Francisco vem promovendo a racionalização e o aperfeiçoamento de seus processos internos, por meio da revisão do quadro de pessoal, do fortalecimento das práticas de governança, ampliação dos investimentos em tecnologia e da contenção de gastos com serviços administrativos.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das despesas realizadas em 2025, demonstrando tanto os valores absolutos quanto o percentual de participação de cada categoria de despesa. Verifica-se que, no exercício, as despesas totalizaram R\$ 9,2 milhões, evidenciando a composição dos gastos ao longo do período analisado.

GRÁFICO 8 - DESPESAS REALIZADAS



Em 2025, a redução/manutenção das condições contratuais vigentes assegurou a estabilidade dos custos administrativos. Nesse contexto, a Fundação São Francisco permanece comprometida com a melhoria da qualidade e a modernização dos serviços, com vistas à satisfação dos participantes e ao aprimoramento das rotinas internas.

Como destaque no ano de 2025, na renovação do contrato de licença de uso dos sistemas da Intech, foi negociado a manutenção do desconto mensal de R\$ 2,1 mil, válido por 12 meses a partir da data do reajuste do contrato no mês de 10/2025. Antes, o valor pago mensalmente era R\$ 34,5 mil, sendo que, após o reajuste, o valor passaria para R\$ 38,5 mil. Com a manutenção do desconto, o valor mensal passou para R\$ 36,4 mil, proporcionando uma economia de R\$ 25,4 mil em um ano.

Embora seja princípio basilar que cada plano de benefícios não deva suportar obrigações inerentes a outros planos, é igualmente reconhecido que, com vistas à otimização da gestão de investimentos e à obtenção de ganhos de escala e eficiência administrativa, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela EFPC utilizam uma estrutura de gestão compartilhada. Nesse contexto, a fim de assegurar o integral cumprimento do dispositivo legal, sem prejuízo da manutenção da estrutura compartilhada, torna-se necessário o estabelecimento de critérios de rateio objetivos, mensuráveis e uniformes ao longo do tempo, capazes de refletir, de forma equitativa e proporcional, a alocação dos custos e despesas administrativas entre os Planos de Benefícios administrados.

Dessa forma, as despesas administrativas foram devidamente contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) e, posteriormente, rateadas entre os Planos de Benefícios, observando-se os seguintes valores, em R\$ mil, por plano de benefícios:

TABELA 37 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

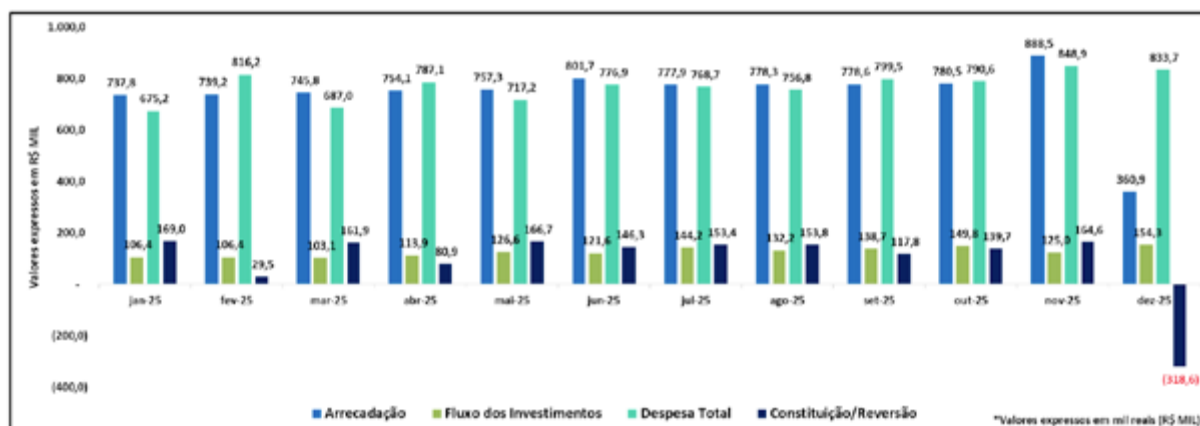
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	BD	CD	BS	TOTAL
RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	28%	35%	37%	100%
PESSOAL E ENCARGOS	1.864,4	2.330,6	2.463,7	6.658,7
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	38,8	48,5	51,3	138,6
VIAGENS E ESTADIAS	13,4	16,8	17,8	48,0
SERVIÇOS ATUARIAIS	55,2	69,1	73,0	197,3
SERVIÇOS JURÍDICOS	0,4	0,4	0,5	1,3
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	257,9	322,4	340,9	921,2
GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	25,4	31,8	33,6	90,8
AUDITORIA CONTÁBIL	11,8	14,8	15,6	42,2
SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS	7,8	9,7	10,2	27,7
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	5,1	6,3	6,7	18,1
DESPESAS GERAIS	125,0	156,3	165,2	446,5
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	15,4	19,3	20,4	55,1
TRIBUTOS (PIS/COFINS - TAFIC)	171,5	214,3	226,6	612,4
TOTAL	2.592,2	3.240,3	3.425,4	9.257,9

O critério de rateio das despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, teve como fundamento os Recursos Garantidores de cada Plano de Benefícios, em conformidade com os princípios da segregação patrimonial.

6.3 Fundo Administrativo

Define-se como fundo administrativo o patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo, adicionado as receitas provenientes da arrecadação, das taxas administrativas dos empréstimos e dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras do próprio Fundo Administrativo. O Fundo tem por objetivo cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela São Francisco na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais, na forma dos seus regulamentos, quando as arrecadações não se demonstram suficientes (reversões).

GRÁFICO 9 - FLUXO RECEITAS E DESPESAS



Por meio da análise dos fluxos da gestão administrativa, verifica-se que, em 2025, as fontes de custeio, compostas principalmente pela arrecadação de taxa de administração e taxa de carregamento, totalizaram R\$ 8,9 milhões. Adicionalmente, o rendimento do fundo administrativo apresentou resultado positivo de R\$ 1,5 milhão, contribuindo para o desempenho financeiro do exercício. Em dezembro de 2025, foi promovida a redução do repasse do custeio administrativo dos investimentos, mediante o abatimento das parcelas referentes aos Planos CD e BS. A medida considerou, principalmente, o potencial de expansão dos recursos garantidores e a possibilidade de operar com taxas de administração mais atrativas, sem comprometer a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e a continuidade das atividades. Verifica-se que, no exercício de 2025, as receitas provenientes da Gestão Previdencial e da Gestão dos Investimentos, acrescidas dos rendimentos das aplicações do fundo administrativo, foram suficientes para cobrir integralmente as despesas do período, possibilitando, ainda, a formação de fundo. Dessa forma, as despesas realizadas com a gestão administrativa dos planos de benefícios totalizaram R\$ 9,2 milhões no exercício. Em comparação com as receitas administrativas registradas no período, no montante de R\$ 10,4 milhões, apurou-se resultado positivo que possibilitou a constituição de R\$ 1,2 milhão para o Fundo Administrativo, contribuindo para o fortalecimento de sua sustentabilidade financeira.

6.4 Execução Orçamentária

O acompanhamento orçamentário apresenta a comparação entre as receitas e despesas efetivamente realizadas e os valores previstos no orçamento aprovado para 2025. Em relação às receitas, verifica-se que o total arrecadado, bem como o desempenho dos investimentos, manteve-se em linha com as estimativas, com destaque para o resultado líquido dos investimentos, que superou o valor projetado, refletindo desempenho superior ao esperado. No que se refere às despesas, observa-se uma economia aproximada de R\$ 526 mil em relação ao montante orçado. No ano de 2025, verifica-se que nenhuma das despesas

TABELA 38 - ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PGA

RECEITAS	NO ANO		
	PROJETADO	REALIZADO	% EXECUTADO
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.659,1	1.664,4	100,3%
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	7.840,5	7.236,3	92,3%
RESULTADO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	941,4	1.522,2	161,7%
TOTAL	10.441,0	10.422,8	99,8%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	NO ANO		
	PROJETADO	REALIZADO	% EXECUTADO
PESSOAL E ENCARGOS	6.845,3	6.658,7	97,3%
TREINAMENTOS - CONGRESSOS - SEMINÁRIOS	172,0	138,6	80,6%
VIAGENS E ESTADIAS	51,0	48,0	94,1%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.519,5	1.298,7	85,5%
DESPESAS GERAIS	472,4	446,5	94,5%
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	85,5	55,1	64,4%
TRIBUTOS	638,9	612,4	95,8%
TOTAL	9.784,7	9.257,9	94,6%

administrativas ultrapassou os valores previstos no orçamento. Todas as categorias de despesas apresentaram execução em linha com o montante projetado, evidenciando aderência ao planejamento financeiro e adequado controle orçamentário.

Destacam-se, de forma geral, variações positivas decorrentes de medidas de racionalização de gastos e gestão eficiente dos recursos, refletindo o compromisso da Fundação São Francisco com a disciplina orçamentária e a sustentabilidade financeira.

6.5 Gestão de pessoas

A Fundação São Francisco dispõe de um quadro funcional composto por 17 empregados e 3 diretores, constituindo-se em uma estrutura enxuta, porém tecnicamente preparada e alinhada aos objetivos institucionais. Entre os colaboradores, 2 exercem a função de chefe de assessoria, 4 atuam como gerentes, 7 como analistas, 2 como assistentes e 2 como auxiliares, distribuídos em atribuições que asseguram a eficiência dos processos e o adequado desempenho das atividades da Fundação. O corpo funcional caracteriza-se por profissionais comprometidos e com sólida experiência em suas respectivas áreas de atuação, o que possibilita à Fundação manter elevado nível de qualidade na execução de seus objetivos, projetos e iniciativas, sempre em consonância com seus valores e diretrizes institucionais.

Nosso compromisso com o desenvolvimento de uma equipe de alta performance se reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados, na produtividade e no bem-estar de nossos colaboradores, fatores essenciais para o sucesso de nossa organização.

Em alinhamento ao nosso objetivo estratégico de desenvolver equipes de alta performance, investimos fortemente na capacitação dos colaboradores. Os investimentos em treinamentos, congressos, cursos e seminários totalizaram R\$ 138,6 mil, refletindo nosso compromisso com a qualificação e a inovação.

Para garantir a eficiência e a qualidade dos processos, realizamos ajustes estratégicos em nossas equipes. Na Assessoria de Governança Corporativa, houve a contratação de uma analista, reforçando a capacidade operacional e analítica da área.

Na Gerência de Contabilidade e Orçamento, houve a troca do(a) profissional responsável pela área, medida que resultou na otimização de custos, em razão da adequação da estrutura remuneratória.

Ainda na mesma gerência, houve a contratação de uma analista para compor o quadro da contabilidade, visto que o analista foi promovido a gerente. Já na gerência de administração e tecnologia, houve o desligamento de uma auxiliar administrativa, já aposentada, reduzindo os custos da folha de pagamento da São Francisco em aproximadamente R\$ 156.000,00/ano.

Nossos colaboradores contam com um pacote de benefícios diferenciados, que inclui um plano de saúde de excelência e a participação no plano de previdência complementar da Entidade. Esses benefícios não apenas garantem a segurança e o bem-estar dos profissionais, mas também refletem nosso compromisso com a saúde e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Um colaborador saudável e satisfeito é fundamental para a manutenção de um clima organizacional positivo e produtivo.

As medidas adotadas ao longo do ano trouxeram impactos significativos para a organização e para os colaboradores. Destacamos:

Aumento da Produtividade: com equipes mais qualificadas e motivadas, observamos uma melhoria na eficiência dos processos e na entrega de resultados.

Capacitação continuada: foram ofertados mais de 10 cursos em 2025, ampliando conhecimento e capacitação.

Melhoria da Qualidade do Trabalho: a capacitação e a experiência agregada pelas novas contratações elevaram o padrão técnico e a excelência dos serviços prestados.

Bem-Estar e Saúde dos Colaboradores: os benefícios oferecidos e o ambiente de trabalho saudável contribuíram para a redução do estresse e o aumento da satisfação dos profissionais.

Assim, o ano foi marcado por avanços significativos na gestão de pessoas da São Francisco, com iniciativas que fortaleceram nossa equipe e geraram impactos positivos para toda a organização. Acreditamos que investir no desenvolvimento, na motivação e no bem-estar dos colaboradores é essencial para alcançarmos nossos objetivos estratégicos e continuarmos a oferecer serviços de excelência a nossa patrocinadora, participantes e assistidos.

6.6 Investimentos

6.6.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos do Plano PGA, no valor de R\$ 12,422 milhões é composta por:

- a) Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 12,422 milhões), nos segmentos de Renda Fixa

TABELA 39 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA

PGA	em milhões de reais (R\$)			
	2025	%	2024	%
Renda Fixa	12,4	100%	10,0	100%
NTN-B	-	-	-	0,00%
LFT	6,1	1,32%	-	0,00%
Fundos de Renda Fixa	6,4	51,25%	10,0	100%
Plural High Grade FI RF	-	-	7,1	71,0%
Itaú High Grade	6,4	51,25%	2,9	29,0%
Ativo de Invest. Total	12,4	203,82%	10,0	100,00%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 40 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	100,00%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Imóveis	0,00%	0% - 20%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 0%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 41 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	14,53%	14,53% (CDI)
Consolidado PGA	14,09%	14,09% (CDI)

Fonte: Gerência de Finanças

Benchmark 2024 Plano PGA: CDI

Benchmark 2024 Renda Fixa: CDI

TABELA 42 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	0,00%	100%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

TABELA 43 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	BENCHMARK	TAXA DE REFERÊNCIA
Plano	CDI	CDI
Renda Fixa	CDI	CDI
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	IHFA	IHFA
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Fonte: Gerência de Finanças		

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa + LFT	100,00%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Fonte: Gerência de Finanças		

TABELA 45 - DESPESAS DE INVESTIMENTOS

NATUREZA	PGA	Itaú High Grade
REBATE	-	-
Taxa de Consultoria	-27,8	-
Taxa de Administração	-	-1,1
CUSTÓDIA	-33,8	-0,8
CETIP	-10,0	-0,2
GESTÃO	-	-12,1
SELIC	-0,1	-
TAXA ANBIMA	-	0,0
TAXA CVM	-	-
AUDITORIA	-	-0,0
DESPESAS ADM	-	-0,0
CARTÓRIO	-	-
TAXA DISTRIBUIÇÃO	-	-1,0
TOTAL	-71,7	-15,3

Fonte: Gerência de Finanças

6.7 Gestão Administrativa 2021 a 2025

6.7.1 Evolução do Plano de Gestão Administrativa

A trajetória financeira da São Francisco entre 2021 e 2025 revela um ciclo de contínua melhoria financeira, pautado pela busca constante de sustentabilidade, solvência e eficiência operacional. Ao longo desses cinco anos, a entidade empreendeu esforços consistentes para o fortalecimento da governança e o aprimoramento de processos e controles internos, em total conformidade com o crescente rigor regulatório.

A análise a seguir aborda os principais aspectos do PGA, evidenciando os avanços e os desafios superados pela São Francisco no período de 2021 a 2025.

TABELA 46 - HISTÓRICO DO PGA- COMPARATIVO – 2021 A 2025

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	2022	2021
CUSTEIO/RECEITAS ADM	10.422,8	11.205,7	11.058,5	9.285,2	6.365,8
PREVIDENCIAL	1.664,4	2.314,4	1.504,9	1.477,5	1.448,7
INVESTIMENTOS	7.236,3	7.895,3	8.598,2	7.479,5	5.433,3
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RENDIMENTO DO FUNDO	1.522,2	996,1	955,4	328,2	-516,3
DESPESAS	9.257,9	9.518,4	9.632,6	9.284,2	8.800,1
PESSOAL E ENCARGOS	6.658,7	6.845,9	6.796,3	6.558,5	6.245,4
TREINAMENTOS/CONGR. E SEMINÁRIOS	138,6	159,0	101,2	95,5	31,9
VIAGENS E ESTADIAS	48,0	38,7	23,3	70,1	8,1
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.298,7	1.331,8	1.540,0	1.464,4	1.464,1
DESPESAS GERAIS	446,5	438,4	466,2	469,5	548,6
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	55,1	47,5	28,8	38,8	38,9
TRIBUTOS	612,4	657,2	633,3	587,3	463,1
CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIA	0,0	0,0	43,5	0,0	0,0
RESULTADO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	1.164,9	1.687,3	1.425,8	1,1	-2.434,3
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,70%	0,80%	0,85%	0,80%	0,60%

Obs.: Para fins de comparabilidade intertemporal, os valores dos fluxos de receitas e despesas foram atualizados monetariamente com base no índice oficial de inflação adotado pela Entidade, acumulado no período comparativo, de modo a evidenciar a variação real dos resultados.

Verifica-se, por meio da análise do Resultado do Fundo Administrativo apresentada na Tabela 46 – Histórico do PGA – Comparativo 2021 a 2025, a transição de um cenário inicial de reversão para um contexto de constituição de reservas ao longo do período analisado. Esse movimento evidencia a atuação prudencial da Administração na condução da sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa, assegurando a manutenção de receitas em patamares superiores às despesas administrativas.

Observa-se, contudo, que o resultado do Fundo Administrativo apresenta elevada sensibilidade ao desempenho dos investimentos, fator determinante para a formação ou recomposição de reservas.

Destaca-se, também, que a política de redução gradual da taxa de administração implementada em 2025 foi absorvida sem comprometer o equilíbrio financeiro do PGA, em virtude da rentabilidade alcançada no período e da gestão eficiente das despesas administrativas. O rigor no controle e na racionalização dos gastos tem sido elemento fundamental para a manutenção de resultados superavitários e para o fortalecimento da sustentabilidade financeira do Fundo Administrativo.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Houve um crescimento real e consistente de 63% no período, com a receita passando de R\$ 6,4 milhões em 2021 para R\$ 10,4 milhões em 2025. Esse avanço consolida o ciclo de melhoria financeira da entidade, fundamentado na robustez da arrecadação e na formação estratégica de um Fundo Administrativo, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo e mitigar a necessidade de reversões.

- **Receita Previdencial:** o crescimento na Gestão Previdencial, que evoluiu de R\$ 1,5 milhão (em valores de 2021) para R\$ 1,7 milhão em 2025, decorre da arrecadação da taxa de carregamento sobre contribuições e benefícios. Esse desempenho, aliado a uma gestão rigorosa, reforça o compromisso da administração com a solvência do plano e a sustentabilidade do Fundo Administrativo.
- **Receita de Investimento:** verifica-se um crescimento na Receita de Investimento, que evoluiu de R\$ 5,4 milhões (valor de 2021) para R\$ 7,2 milhões em 2025. Esse avanço revela a eficácia na gestão patrimonial dos planos de benefícios, uma vez que o aumento reflete diretamente a elevação dos recursos garantidores, que constituem a base de cálculo para essa fonte de custeio.
- **Rendimento do fundo:** o rendimento líquido dos investimentos, que apresentou resultados reais negativos em 2021 (-R\$ 516 mil), demonstrou uma trajetória de acentuada recuperação a partir de 2022, consolidando-se em R\$ 1,5 milhão em 2025. Essa reversão e o crescimento subsequente são indicadores claros de um ciclo de melhoria financeira na gestão de ativos, refletindo uma estratégia de investimentos com uma relação risco/retorno mais eficiente e resiliente.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

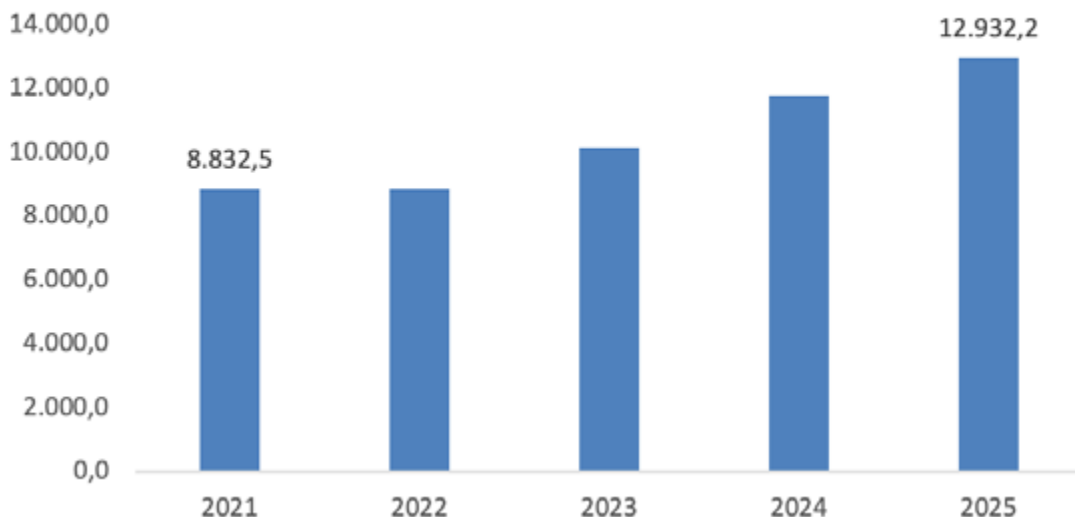
As medidas de racionalização adotadas pela São Francisco permitiram uma redução real contínua das despesas administrativas. Comparando o exercício de 2024 com 2025, observa-se que as despesas totais recuaram de R\$ 9,5 milhões para R\$ 9,3 milhões. Essa queda real de 2,81% em um ano, destaca-se pela eficiência nos seguintes pontos:

- **Pessoal e Encargos:** Houve uma redução real de R\$ 6,8 milhões (em 2024) para R\$ 6,7 milhões (em 2025). Essa queda real de 2,73% reflete a eficácia da reestruturação do quadro de pessoal, demonstrando o compromisso com a eficiência operacional e a retenção de talentos sem onerar a folha.
- **Serviços de Terceiros:** Este item apresentou uma redução de R\$ 1,30 milhão (em 2024) para R\$ 1,33 milhão (em 2025). O recuo de aproximadamente 2,50% confirma o reflexo da otimização dos processos internos.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

O gráfico a seguir evidencia o impacto dos resultados alcançados na evolução do Fundo Administrativo, demonstrando de forma clara a contribuição dos resultados positivos recorrentes para o fortalecimento do saldo acumulado ao longo do período analisado:

GRÁFICO 10 - FUNDO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)
EVOLUÇÃO DO FUNDO PGA (2021 -2025)
R\$ MIL



Observa-se, por meio do gráfico Evolução do Fundo PGA (2021–2025), que, no período analisado, o Fundo iniciou com saldo de R\$ 8,8 milhões e alcançou R\$ 12,9 milhões ao final do exercício de 2025, representando crescimento acumulado de aproximadamente **46%**.

Esse desempenho evidencia uma trajetória consistente de fortalecimento patrimonial do Fundo Administrativo ao longo do período analisado. O rigor no controle, na racionalização e na priorização das despesas administrativas tem se mostrado como um dos fatores determinantes para a geração de resultados superavitários recorrentes, contribuindo diretamente para a consolidação da sustentabilidade financeira do Plano de Gestão Administrativa.

Destaca-se, ainda, a eficiência operacional alcançada, refletida em resultados superiores às projeções estabelecidas para o período, o que reforça a adequação das estratégias adotadas e a efetividade da gestão administrativa.

6.7.2 Indicadores de Gestão

Em observância ao art. 14, da Resolução CNPC nº 62/2024, os indicadores a seguir são apresentados de forma comparativa, contemplando os exercícios de 2024 e 2025. Considerando tratar-se do primeiro exercício de vigência da norma, os dados de 2024 foram reprocessados exclusivamente para fins de comparabilidade, sem efeitos sobre os registros contábeis oficiais do exercício:

I. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

TABELA 47 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)

I – a taxa de administração, em relação:	2024	2025	Variação (%)
a) ao total de participantes e assistidos; e	R\$ 3,3	R\$ 3,1	-6,82%
b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário;	0,66%	0,57%	-14,03%

A redução da taxa de administração em 2025 decorre da adequação do nível de custeio administrativo frente à evolução dos recursos garantidores e à base de participantes e assistidos, não implicando comprometimento da prestação dos serviços administrativos. Destaca-se, ainda, que a rentabilidade aferida no exercício superou as expectativas em aproximadamente 62%, o que contribuiu para a redução da taxa de administração e para a capacidade de absorção dos impactos no resultado projetado para o período.

II. TAXA DE CARREGAMENTO

TABELA 48 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE CARREGAMENTO)

II – A taxa de carregamento, em relação:	2024	2025	Variação (%)
a) ao total de participantes e assistidos; e	R\$ 0,7	R\$ 0,7	8,69%
b) às contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e instituidores ou aos benefícios dos assistidos;	1,21%	1,23%	1,30%

As variações observadas na taxa de carregamento mostram-se compatíveis com a dinâmica das contribuições e benefícios, sem caracterizar alteração estrutural do modelo de custeio adotado.

III. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TABELA 49 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS ADMINISTRATIVAS)

III – as despesas da gestão administrativa em relação:	2024	2025	Variação (%)
a) ao total de participantes e assistidos;	R\$ 4,0	R\$ 4,0	-1,11%
b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;	0,80%	0,73%	-8,76%
c) ao ativo total;	0,77%	0,71%	-8,06%
d) ao fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário;	77,85%	71,59%	-8,05%
e) às receitas da gestão administrativa; e	93%	104%	11,56%
f) ao valor estabelecido para o exercício em R\$ mil;	R\$ 9,6	R\$ 9,8	1,47%

Os indicadores evidenciam redução relativa das despesas administrativas quando analisadas em relação aos participantes, recursos garantidores, ativo total e fundo administrativo, indicando ganho de eficiência operacional. O indicador de despesas administrativas em relação ao valor estabelecido para o exercício demonstra execução compatível com o orçamento anual da gestão administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo, em observância às diretrizes de governança.

No exercício de 2025, a relação entre despesas administrativas e receitas administrativas superou 100%, em decorrência da redução das receitas de custeio no período. A insuficiência verificada foi absorvida pelo fundo administrativo, cujo saldo final manteve-se em patamar suficiente para suportar as obrigações da gestão administrativa, não se identificando comprometimento das projeções orçamentárias estabelecidas para o exercício em relação a formação do Fundo.

IV. DESPESAS COM PESSOAL

TABELA 50 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS COM PESSOAL)

IV – as despesas com pessoal, em relação:	2024	2025	Variação (%)
a) às receitas da gestão administrativa; e	67,06%	74,81%	11,56%
b) às despesas da gestão administrativa totais;	71,92%	71,93%	0,00%

A participação das despesas com pessoal em relação às despesas administrativas totais manteve-se estável entre os exercícios, enquanto o aumento relativo em relação às receitas administrativas decorre da redução do denominador (taxa de administração), não caracterizando expansão real da estrutura de pessoal.

V. EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

TABELA 51 - EVOLUÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO (2025 – 2024)

V – a evolução dos fundos administrativos	2024 (R\$ mil)	2025 (R\$ mil)	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Saldo inicial do fundo administrativo	10.143,3	11.767,3	1.624,0	16,01%
Resultado do exercício	1.624,0	1.164,9	(459,1)	-28,26%
Saldo final do fundo administrativo	11.767,3	12.932,2	1.164,9	9,90%

Apesar da redução do resultado do exercício em 2025, o fundo administrativo apresentou crescimento do saldo final, evidenciando sustentabilidade financeira e capacidade de absorção de oscilações no custeio administrativo, em conformidade com a Resolução CNPC nº 62/2024. Destaca-se que a variação observada no resultado do exercício, em comparação com 2024, decorre, principalmente, da doação de recursos do fundo patronal não comprometido, no montante de **R\$ 729,1 mil**, oriundos do Plano CD para o Plano de Gestão Administrativa. Dessa forma, ao se proceder à análise comparativa dos exercícios considerando-se exclusivamente o fluxo ordinário, com a exclusão do efeito da referida doação, verifica-se **variação positiva** de, aproximadamente, **30%** no resultado do exercício.

VI. OBSERVÂNCIA AO LIMITE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O custeio administrativo da Entidade é financiado por meio das taxas de carregamento e de administração, observando-se critérios técnicos de alocação por plano de benefícios, compatíveis com a natureza das despesas e com os recursos garantidores correspondentes, conforme demonstrativo abaixo:

TABELA 52 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS	BD	CD	BS	TOTAL
Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB)	342.473,5	464.281,2	459.532,0	1.266.286,7
Custeio Previdencial (Taxa de Carregamento)	289,0	1.375,3	0	1.664,4
Custeio Investimento (Taxa de Administração)	2.340,5	1.781,0	3.114,7	7.236,3
Custeio Total (CT) = (Tx. Carreg. + Tx. Adm.)	2.629,6	3.156,3	3.114	8.900,6
Custeio Total (%) = (CT)/(RGPB)	0,77%	0,68%	0,68%	0,70%

A seguir apresentamos o comparativo consolidado entre os exercícios (2025 e 2024), onde verificamos que o custeio consolidado de 2025 atingiu o percentual de 0,70% dos recursos garantidores dos planos de benefícios, evidenciando a redução de 13% em relação ao exercício anterior e a manutenção do custeio administrativo em patamar inferior ao limite normativo de 1% estabelecido pela LC 108/2001:

TABELA 53 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO X LIMITE LEGAL

VI – a observância ao limite de que trata a LC 108/01	Limite Normativo	2024	2025	Situação
Recursos transferidos dos Planos de Benefícios para o PGA em relação aos Recursos Garantidores	Limite Taxa administração 1%	0,80%	0,70%	Atendido
Estrutura de custeio	Aderência normativa	Sim	Sim	Regular

Os indicadores foram apurados com base nas demonstrações contábeis e nos registros auxiliares da Entidade, observando-se os conceitos de participantes, assistidos, recursos garantidores, ativo total, receitas e despesas administrativas conforme a planificação contábil aplicável às EFPC. Eventuais diferenças metodológicas entre os exercícios foram ajustadas exclusivamente para fins de comparabilidade, sem reabertura de demonstrações contábeis.

É importante destacar que os resultados apresentados no Relatório de Pesquisa de Satisfação Institucional, realizado pela empresa de consultoria Mirador, evidenciam elevado nível de satisfação geral dos participantes, alcançando a nota de 8,45. Tal resultado reflete, entre outros fatores, a percepção positiva quanto ao atendimento e à atuação da equipe da Fundação São Francisco, reconhecida por sua competência, profissionalismo e evolução ao longo dos anos.

A análise do relatório também revela sensibilidade dos participantes quanto ao impacto das despesas administrativas sobre a rentabilidade líquida e o valor final dos benefícios. Esse resultado mostra-se coerente com os indicadores de eficiência operacional observados no exercício, notadamente a redução relativa das despesas administrativas e o controle do custeio em relação aos recursos garantidores e ao orçamento aprovado, reforçando o compromisso da Entidade com a sustentabilidade e a transparência da gestão.

7. PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Fundação São Francisco atua de forma diligente na defesa dos interesses dos seus participantes em todas as esferas judiciais e extrajudiciais. Em 2025, acompanhamos de perto todas as ações, sempre buscando as melhores soluções para garantir a segurança jurídica e a integridade dos planos de benefícios.

A seguir, é apresentado o posicionamento das ações judiciais e extrajudiciais em que a São Francisco figura como Requerente ou Requerida, de forma a conter, resumidamente, as principais informações. Existe um relatório completo, contendo todas as informações dos processos, à disposição dos Conselhos, Diretoria Executiva e dos participantes interessados. Vale destacar que, neste relatório, trazemos um resumo das 15 (quinze) ações judiciais e 01 (uma) medida extrajudicial, em que se buscam a recuperação de ativos investidos; ações envolvendo pedidos de pensão por morte e concessão de benefícios previdenciários; 1 reclamação trabalhista em face da São Francisco e 6 ações fiscais onde se discutem o pagamento e recolhimento de impostos sobre o faturamento, tais como PIS, CSLL, COFINS e discussão sobre o IRRF e 1 ação de cobrança de empréstimo nova, depois de aberta a carteira de empréstimo.

7.1 Ações Judiciais

TABELA 54 - AÇÕES JUDICIAIS

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Causa (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
01 – Ações de investimentos/empreendimentos:						
0194915-31.2009.8.26.0100 * Ação de execução decorrente de debêntures não pagas * 08/10/2009	1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP	Requerente	ULBRA RECE-BÍVEIS S/A	5.029.494,91 * 78.756.719,78 (para todos)	Remota	Houve sentença que determinou o encerramento da Recuperação Judicial da UL-BRA. Processo segue com outras discussões
1999.33.00.005326-8 * Ação para liberação de hipotecas que recaíram sobre os imóveis da FSF * 07/05/1999	16ª Vara Federal de Salvador/BA	Requerente	Caixa Econômica Federal e Fernandez Empreendimentos e Construções LTDA	XXXX	Não se aplica, causa já ganha.	As questões judiciais relacionadas aos imóveis foram resolvidas. Fase final junto ao cartório para o registro em definitivo dos imóveis.

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
0479745-34.2015.8.19.0001 * Ação Revocatória que visa anular o negócio jurídico das CCI's M.Brasil * 31/07/2014	5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro	Requerida junto com outros fun-dos	Ministério Público do Rio de Janeiro	1.000.000,00	Possível	Aguardando conclusão do processo para novo julga-mento.
0146386-54.2024.8.19.0001 * Ação Declaratória de inexistência de débito fiscal decorrente do investimento nas CCI's * 14/11/2024	12ª Vara da Fazen-da Pública do Rio de Janeiro	Requerente	Município do Rio de Janeiro	852.493,28 (valor total da ação, que tem mais 6 autores, incluindo a São Fran-cisco).	Remota	Conquistada a liminar para afastar a co-bran-ça dos impostos so-bre os imóveis recebidos em garantia das CCI's. Os pro-cessos foram reunidos para evitar decisões conflitantes.
nº 1025934-31.2023.8.26.0100 * Ação monitória promovida pelo escritório Siqueira Castro, que tem por objeto a cobrança dos honorários previstos na alínea c, da cláusula II, ao argumento de que seriam devidos honorários contratuais equivalentes aos honorários de êxito nas OFND's * 18/11/2022	14ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital.	Requerida junto com a ABRAPP e 94 outras entidades	ESCRITÓRIO SIQUEIRA CASTRO	52.623.015,97 total da ação	Provável	Aguardando julgamento de Agravo Regimental da São Francisco pelo TST.

02 – Ações relativas à pensão por morte/concessão de benefícios:

0729814-41.2023.8.07.0001 * Ação com pedido de pensão por morte para companheira não inscrita ano plano * 18/07/2023	2ª Vara Cível de Brasília - DF	Requerida	C.C.M.A	107.732,60	Possível	Ação contes-tada pela Fun-dação São Francisco em 11/09/2023. Houve senten-ça de proce-dência do pe-dido. A FSF apresentou Apelação que foi provida. Processo re-metido ao STJ para julga-mento, com recurso espe-cial da autora. Processo pau-tado para jul-gamento no STJ.
001442726.2023.8.25.0001/202311000437 * Ação com pedido de pensão por morte para companheira e esposa não inscritas ano plano * 04/04/2023	10ª Vara Cível de Aracaju- TJSE	Requerida	AVRE E OU-TRA	31.248,00	Possível	Sentença de procedência do pedido das autoras. Fo-ram apresen-tados embar-gos de decla-ração, não providos. Apresentada a apelação, que aguarda jul-gamento.

03 – Reclamações Trabalhistas:

02526-2014-022-10-00-0 * Ação trabalhista que tem por objeto condenação por doença ocupacional * 18/12/2014	22ª Vara do Traba-lho de Brasi-lia/DF	Reclamada	M.R.S.	737.000,00	Provável	Aguardando julgamento de Agravo Regi-mental da São Francisco pelo TST.
---	---------------------------------------	-----------	--------	------------	----------	--

PLANOS DE BENEFÍCIOS PGA PROCESSOS JUDICIAIS

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
04 – Ações Fiscais (PIS/COFINS/CSLL):						
MS 2003.34.00.037674-7 * Mandado de Segurança com discussão de CSLL * 03/11/2003	16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Impetrante	Delegado da Receita Fede-ral no Distrito Federal	786.847,83 * 1.431.534,31 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de REsp e RE da Fazenda Naci-onal pelos tri-bunais superi-ores (STF e STJ).
MS 2006.34.00.008213-4 * Mandado de Segurança com discussão de PIS * 08/03/2006	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Impetrante	Delegado da Receita Fede-ral no Distrito Federal	20.000,00	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-1.
0006661-29.2011.4.01.3400 * Mandado de Segurança com discussão de PIS * 27/01/2011	17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerente	União Fede-ral	49.733,78 * 586.393,93 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-1.
0037095-35.2010.4.01.3400 * Mandado de Segurança com discussão de COFINS * 27/07/2010	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerente	União Federal	212.518,16 * 3.064.872,18 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-
1999.34.00.025134-6 * Execução fiscal com discussão de IRRF * 17/08/1999	18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerido	União Fede-ral	176.733,62	Remota	Aguardando decisão acerca do pedido de extinção do processo feito pela Funda-ção.
0045050-20.2010.4.01.3400 * Execução fiscal com discussão de IRRF * 05/10/2010	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerido	União Fede-ral	56.321,42	Remota	Execução sus-pensa em ra-zão de julga-mento do pro-cesso 0037095-35.2010.4.01.3400
0857468-39.2024.8.18.0140 * Ação de cobrança de empréstimo * 26/11/2024	Vara Cível de Teresi-na - TJPI	Requerente	R.N.S.B.F	42.201,60	Remota	Aguardando nova citação do devedor.

7.2 Procedimento Extrajudicial

TABELA 55 - AÇÕES EXTRAJUDICIAIS

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probabilidade de perda	Último andamento
Execução pro-cessada em Cartório de Registro de Imóveis – extrajudicial – CCI's M.Brasil	Rio de Janeiro	Credora	M Brasil Empreendimentos Mar-keting e Negócios Ltda e a BAREM-BOIM S/A	XXXX	Possível	O imóvel foi arrecadado pelo Juízo res-ponsável pelo processo da massa falida. Foi determina-da a venda e depois suspen-sa.

Destacamos que os nomes das pessoas físicas foram abreviados, tendo em vista a necessidade de cumprimento da lei geral de proteção de dados – LGPD.

A Assessoria Jurídica, em conjunto com a Gerência de Contabilidade, realizam regularmente o acompanhamento dos processos judiciais e administrativos, promovendo a devida conciliação das informações para fins de contingenciamento dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os processos que possuem indicação de contingência encontram-se devidamente contingenciados, em conformidade com os critérios técnicos e contábeis aplicáveis, garantindo a adequada evidenciação e controle dos passivos potenciais.



Nosso Escritório

Endereço: SBN Quadra 2 Bloco H, Edifício Central Brasília,
8º Andar.

Brasília-DF CEP: 70040-904

Central: 0800-722-5253

Atendimento: WhatsApp

E-mail Geral: saofrancisco@franweb.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@franweb.com.br

Data Protection Officer - DPO: dpo@franweb.com.br

Site: www.franweb.com.br